

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 176/2021
Data: 10/11/2021



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
ABTP E B3 FIRMAM PARCERIA INÉDITA PARA O SETOR PORTUÁRIO.....	4
SUMMIT CRUZEIROS DEBATE CENÁRIO PÓSPANDEMIA E A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE PARA O PORTO DE SANTOS	4
PORTO 360º DEBATE CONCESSÕES NOS PORTOS	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	6
DIRETOR DA ANTAQ DESTACA POTENCIAL LOGÍSTICO DO CORREDOR CENTRO-NORTE.....	6
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	7
MAPAS TRAZEM NOVAS INFORMAÇÕES SOBRE ESTOQUE DE CARBONO NOS SOLOS BRASILEIROS	7
PREFEITO PARTICIPA DE REUNIÃO NA ALESC SOBRE DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE ITAJAÍ.....	8
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF	9
NO MATO GROSSO DO SUL, EMPRESA DE CELULOSE APRESENTA 24º PEDIDO DE NOVA FERROVIA	9
EM PARIS, TARCÍSIO APRESENTA AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO EM INFRAESTRUTURA A PAÍSES DA OCDE.....	11
ISTOÉ - DINHEIRO	12
CÂMARA APROVA TEXTO-BASE DA PEC DOS PRECATÓRIOS EM 2º TURNO	12
PETROBRAS E SHELL SÃO HABILITADAS PARA LEILÃO DE EXCEDENTES DA CESSÃO ONEROSA	13
EX-CEO DA BUNGE É NOMEADO COMO CONSELHEIRO INDEPENDENTE DA ECO-ENERGY	14
MONEYTIMES	14
PETROBRAS AMPLIA INVESTIMENTO EM RESTAURAÇÃO FLORESTAL	14
PAULO GUEDES: AUDIÊNCIA SOBRE OFFSHORE EM PARAÍSO FISCAL É CANCELADA.....	15
CÂMARA APROVA PEC DOS PRECATÓRIOS EM SEGUNDO TURNO POR 323 VOTOS A 172	16
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	17
GOVERNO DEFINE ESTE MÊS MISTURA OBRIGATÓRIA DE BIODIESEL PARA 2022, QUANDO TERMINAM OS LEILÕES DA ANP....	17
ESBOÇO DA COP26 PRORROGA ENTREGA DE COMPROMISSOS PARA ATINGIR META DO ACORDO DE PARIS	20
BNDES LANÇA FUNDO DE R\$ 500 MI VOLTADO PARA REFLORESTAMENTO	21
JORNAL O GLOBO – RJ	22
PROTESTO CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL EM SP TERMINA EM CONFUSÃO. ENTENDA O QUE ESTÁ EM JOGO.....	22
BEZERRA DIZ QUE TCU PODE REVER RESOLUÇÃO E ABRIR ESPAÇO PARA A MANUTENÇÃO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS	24
PEC DOS PRECATÓRIOS PRECISA DE AVAL DO SENADO AINDA NESTE MÊS PARA VIABILIZAR AUXÍLIO BRASIL DE R\$ 400 EM DEZEMBRO, DIZ ROMA	25
RELATOR DÁ PARECER FAVORÁVEL A PROJETO QUE PRORROGA DESONERAÇÃO DA FOLHA ATÉ 2026	26
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	27
APÓS LEILÃO, ALGAR CORRE PARA ATIVAR ‘5G CAPIRA’ E DEFENDER POSIÇÃO	27
GOVERNO CONSOLIDA REGRAS TRABALHISTAS EM NOVO DECRETO.....	27
MINISTRO DO TCU LIBERA PROCESSO DO LEILÃO DO AEROPORTO DE NATAL.....	28
CAMPOS NETO: AGENDA VERDE AFETA POLÍTICA MONETÁRIA E ESTABILIDADE FINANCEIRA.....	29
VALOR ECONÔMICO (SP)	30
SANTOS BRASIL ESTUDA LEILÃO DE TERMINAIS DE COMBUSTÍVEIS EM SANTOS	30
MINÉRIO DE FERRO CAI 3,7% NO PORTO CHINÊS DE QINGDAO, A US\$ 88,90 POR TONELADA	32
REINO UNIDO NÃO VAI ASSINAR ACORDO PARA ELIMINAR PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS.....	32
COMÉRCIO COM ORIENTE MÉDIO QUER IR ALÉM DOS ALIMENTOS	33
SANTOS BRASIL REVERTE PREJUÍZO E TEM LUCRO DE R\$ 66,625 MILHÕES NO 3º TRIMESTRE	34
AGÊNCIA BRASIL - DF	35
ANVISA ALERTA SOBRE REQUISITOS PARA EMBARQUE EM CRUZEIROS	35
DIÁRIO DO NORDESTE - CE	36
PORTO DO PECÉM BATE RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS EM 2021	36



PORTAL PORTOS E NAVIOS	37
ICS E IMO SE REÚNEM COM O GREEN CLIMATE FUND PARA DISCUTIR A PROVISÃO DE ATÉ US \$ 1,5 MILHÃO PARA ACELERAR O FUNDO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE CARBONO ZERO	37
SANTOS BRASIL REPORTA LUCRO LÍQUIDO DE R\$66,6 MILHÕES NO TERCEIRO TRIMESTRE	38
MAIS DUAS EMPRESAS HABILITADAS PARA A SEGUNDA RODADA DA CESSÃO ONEROSA	40
PORTO DE IMBITUBA REGISTRA ALTA DE 84,4% NA MOVIMENTAÇÃO DE OUTUBRO.....	40
SUAPE REALIZA SIMULAÇÃO ANUAL DE VAZAMENTO DE ÓLEO PARA AVALIAÇÃO DE PLANOS DE EMERGÊNCIA	41
ESTUDOS PARA DESESTATIZAÇÃO DE SÃO FRANCISCO DO SUL E IMBITUBA EM FASE INICIAL.....	41
‘RJ RETOMARÁ VOCAÇÕES COM OLHAR PARA ECONOMIA DO MAR’, DIZ SECRETÁRIO	42
ITAJAÍ ENTREGA PEDIDO DE MANUTENÇÃO DA AUTORIDADE PORTUÁRIA AO GOVERNO FEDERAL.....	46
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	47
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	47



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

ABTP E B3 FIRMAM PARCERIA INÉDITA PARA O SETOR PORTUÁRIO

Objetivo é avaliar a execução de projetos e fortalecimento de parcerias voltadas aos portos brasileiros

Por: Redação



Objetivo é avaliar a execução de projetos e fortalecimento de parcerias Foto: Carlos Nogueira/AT

A Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) e a B3, bolsa de valores do Brasil, assinaram um protocolo de intenções. O objetivo é avaliar ações voltadas à execução de projetos e o

fortalecimento de parcerias e investimentos voltado ao setor portuário e de infraestrutura de transportes.

Entre as ações previstas no documento estão a realização de estudos, o intercâmbio de experiências e informações técnicas e científicas, a realização de reuniões e eventos, bem como o desenvolvimento de projetos e programas relacionados à infraestrutura. A ideia é replicar boas práticas também no setor portuário brasileiro.

Troca

“A assinatura desse protocolo de intenções é muito importante para que possamos trocar conhecimentos e unir forças com o objetivo de promover o desenvolvimento do setor de infraestrutura de transportes, segmento estratégico ao crescimento econômico do País”, destacou Jesualdo Conceição da Silva, diretor-presidente da ABTP.

“Há 30 anos a bolsa reúne investidores do setor privado e bons ativos em um ambiente qualificado, com o compromisso de fortalecer o ecossistema de negócios com qualidade técnica, isenção e transparência”, afirmou o executivo da B3, Daniel Sonder.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 10/11/2021

SUMMIT CRUZEIROS DEBATE CENÁRIO PÓSPANDEMIA E A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE PARA O PORTO DE SANTOS

Grupo Tribuna promove, no próximo dia 18, debates sobre o tema; inscrições já estão abertas

Por: Redação



Neste ano, cerca de 237 mil passageiros devem embarcar em navios de cruzeiros no Porto de Santos Foto: Alexsander Ferraz/AT

Os desafios do setor de cruzeiros marítimos no cenário pós-pandemia de covid19 e a importância da atividade para o Porto de Santos, assim como para a economia da região e do País, serão debatidos no Summit Cruzeiros, promovido pelo Grupo Tribuna. O

evento será realizado no formato híbrido, com palestrantes presentes e transmissão pela internet, no próximo dia 18. As inscrições estão abertas.

O Summit Cruzeiros será realizado no auditório do Grupo Tribuna, no Centro de Santos. O evento será iniciado às 14 horas. As inscrições para a modalidade remota são gratuitas e estão disponíveis até a próxima quarta-feira (17), **neste site.** → <https://www.sympla.com.br/evento/summit-cruzeiros/1407074>

Os trabalhos serão iniciados por dois parlamentares da região. A deputada federal Rosana Valle (PSB) e o deputado estadual Tenente Coimbra (PSL) já são presenças confirmadas.

Os debates do Summit Cruzeiros terão início com as discussões sobre a importância da atividade para o desenvolvimento regional e do País. O presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia), Marcos Ferraz, e o presidente da Associação dos Profissionais de Turismo da Baixada Santista (APT), Carlos Eduardo de Almeida Silveira, debaterão o tema.

Em seguida, serão apresentadas as incertezas no setor de cruzeiros no cenário pós-pandemia, assim como as demandas futuras e a necessidade de mudanças de rota das embarcações. A questão será abordada pela diretora geral da Norwegian Cruise Line Holding, Estela Farina.

Os desafios, os impactos e a viabilidade de um novo terminal de passageiros no Porto de Santos serão tema do último debate do Summit Cruzeiros. A questão será discutida pelo prefeito de Santos, Rogério Santos (PSDB), além do diretor de Gestão e Modernização Portuária no Ministério da Infraestrutura, Otto Burlier, do conselheiro da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Santos (AEAS), Eduardo Lustosa, e do especialista em Turismo, Alexandre Nunes.

Temporada

Após 20 meses sem embarques ou desembarques, cerca de 237 mil turistas são esperados no Porto de Santos nesta temporada de cruzeiros. Seis navios de passageiros têm escalas previstas até abril.

Para se ter uma ideia da importância do setor, só no Porto de Santos, a temporada deve injetar mais de R\$ 132 milhões para a economia da Cidade e da região.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 10/11/2021

PORTO 360° DEBATE CONCESSÕES NOS PORTOS

Disney Barroca, gerente da Dragabras, será entrevistado por Maxwell Rodrigues

Por: Redação



O Porto 360° é transmitido nas redes sociais do Grupo Tribuna Foto: Reprodução

As várias concessões que vêm sendo realizadas no setor portuário brasileiro serão temas de debates do Porto 360° desta semana. O programa desta quarta-feira (10), terá a participação do gerente de Desenvolvimento de Negócios da Dragabras, Disney Barroca.

O Porto 360° é transmitido nas redes sociais do Grupo Tribuna (no Facebook e no YouTube) às 19h45, com apresentação de Maxwell Rodrigues.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 10/11/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DIRETOR DA ANTAQ DESTACA POTENCIAL LOGÍSTICO DO CORREDOR CENTRO-NORTE

Tokarski discorreu sobre o assunto no Road Show Integração e Desenvolvimento do Corredor Centro-Norte, promovido pela Adecon



O diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Adalberto Tokarski, participou nesta terça-feira (9), em Brasília, do Road Show Integração e Desenvolvimento do Corredor Centro-Norte. Pela manhã, Tokarski participou da abertura dos trabalhos, e à tarde palestrou sobre O Papel das Hidrovias no escoamento da produção do Piauí e do Tocantins (Parnaíba e Tocantins-

Araguaia). O encontro aconteceu no auditório da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias.

O debate foi promovido pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Corredor Centro-Norte – Adecon, e reuniu especialistas, autoridades e empresários do setor portuário, como o presidente do Porto do Itaqui, Ted Lago, o presidente da Adecon, Roland Klein Junior, e o presidente da Valec, André Kuhn.

Na abertura dos debates de hoje, Tokarski destacou o potencial do Corredor Centro-Norte, e manifestou que a incorporação da Ferrovia Norte-Sul na logística da região trará cada vez mais maior eficiência ao Porto do Itaqui. “A eficiência portuária depende essencialmente da ferrovia. Portanto, vamos buscar as parcerias necessárias para viabilizar essa importante ferrovia que atravessa todo o Brasil e utilizá-la bem”, salientou.

Ao falar sobre a inovação no setor portuário, o diretor da ANTAQ mencionou que o Corredor Centro-Norte dispõe da tecnologia necessária para se tornar uma das principais saídas de produtos brasileiros para o exterior. “Nós temos uma ferrovia nova e moderna, uma empresa que investe em tecnologia, que é a VLI, e um porto que dispõe de equipamentos que dão uma maior dinâmica ao carregamento e descarregamento dos navios, que é o Porto do Itaqui. Só precisamos integrar tudo isso, trazendo ganhos para o setor e para a sociedade”, afirmou.

Mas para tirar esse modelo do papel, Tokarski entende que a Agência de Desenvolvimento deverá promover encontros dos investidores com as autoridades do porto, da Valec e de outras instituições intervenientes do setor, a exemplo da ANTAQ, para saberem dos planos com detalhes. “A ideia é que, se o investidor tiver maior clareza do que é o corredor, de como ele funcionará, certamente vai estar mais seguro para fazer seu investimento”, afirmou.

Papel das hidrovias

Em sua apresentação sobre o papel das hidrovias no escoamento da produção do Piauí e Tocantins, o diretor da ANTAQ informou que a obra de derrocagem da estrutura de 35 km, conhecida como Pedral de Lourenço, no rio Tocantins, se arrasta há anos. Segundo ele, a obra precisa sair do papel para viabilizar o tráfego de embarcações no rio Tocantins, aumentando a navegabilidade do rio com segurança. A estimativa, segundo Tokarski, é que após as obras o transporte de mercadorias na hidrovia poderá atingir até 40 milhões de toneladas/ano.



Em relação à Hidrovia do Parnaíba, Tokarski disse que a ideia é fazer uma navegação saindo da região de Balsas, no Maranhão, subindo a eclusa de Boa Esperança, que ainda não está terminada, trazer até Teresina e, daí, seguir até o Porto do Itaqui. “Com isso, agrega-se mais de três milhões de toneladas de cargas, contemplando uma região maior para circulação de insumos”, avalia o diretor.

O diretor da ANTAQ informou que o projeto de navegação no rio Parnaíba está parado, mas que, agora, poderá ser retomado, bastando que haja um grupo interessado em pegar a concessão da hidrovia, concluir a eclusa, fazer a dragagem e navegar. “A ANTAQ poderá conduzir esse processo, pois está na sua competência celebrar atos de outorga de concessão para exploração de infraestrutura aquaviária”, observou. Como informou o diretor, a Agência está elaborando o plano geral de outorgas das infraestruturas aquaviárias, a ser apresentado posteriormente ao Ministério da Infraestrutura.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antag.gov.br
Data: 10/11/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

MAPAS TRAZEM NOVAS INFORMAÇÕES SOBRE ESTOQUE DE CARBONO NOS SOLOS BRASILEIROS

Informação: Revista Cultivar (10 de novembro de 2021)

O Programa Nacional de Solos do Brasil, PronaSolos, do Governo Federal, ganhou um importante reforço com o lançamento dos novos mapas de estoque de carbono orgânico dos solos do Brasil, elaborados pela Embrapa Solos(RJ). Os solos têm um papel crucial na produção de alimentos, fibras e energia, bem como na mitigação das mudanças climáticas e os mapas ilustram o conhecimento do País nessa área. De acordo com dados apresentados pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) na 9ª assembleia plenária da Aliança Mundial pelo Solo (GSP), o Brasil ocupa o primeiro lugar entre os 15 países que detêm o maior potencial para estocar carbono no mundo, e investir em estudos do solo é fundamental para as políticas de descarbonização da agricultura brasileira.

O presidente da Embrapa, Celso Moretti, apresentou os novos mapas durante a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), que acontece em Glasgow, Escócia, até o dia 12 de novembro de 2021. “Trata-se de mais uma contribuição da ciência para a agricultura brasileira, de fundamental importância para o enfrentamento das alterações climáticas”, destacou.

“Os novos mapas são uma linha de base para saber o que temos de carbono estocado nos solos do País, contribuindo dessa forma para diversos estudos como o Programa ABC+, onde já são usados, e em outras políticas públicas. Permitem identificar áreas degradadas, quando a matéria orgânica não está mais presente, áreas com grandes estoques de carbono, mas alta vulnerabilidades às mudanças climáticas, como as de mangue e solos orgânicos, além de potencial para gerar mapas de potencial de sequestro de carbono, entre outros usos”, diz a chefe geral da Embrapa Solos, Maria de Lourdes Mendonça Santos Brefin.

A importância dos solos agrícolas para a mitigação das mudanças climáticas se deve ao fato de que funcionam, ao mesmo tempo, como fonte e sumidouro de carbono. Quando mal manejados, emitem CO2 para a atmosfera, contribuindo para o aquecimento global, por ser um dos Gases de

Efeito Estufa (GEEs). Mas o seu papel mais importante, como sumidouro, é sequestrar o carbono da atmosfera e estabilizá-lo na matéria orgânica do solo. Com os novos mapas, é possível diferenciar áreas com maiores e menores estoques de carbono, auxiliando o Brasil a cumprir os compromissos que assumiu na agenda global de redução de emissões de GEEs.

Com o avanço do PronaSolos, espera-se obter mais dados sobre o carbono orgânico dos solos brasileiros e gerar novos mapas em escalas mais detalhadas que permitam o planejamento e ações em municípios e bacias hidrográficas.

O solo é um dos cinco reservatórios de carbono orgânico do ecossistema terrestre e é responsável por cerca de dois terços de todo o reservatório global. Assim, a preocupação com o planeta – em termos de segurança alimentar, geração de renda e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas – deve começar pelo solo, sobretudo porque um terço dos solos do mundo encontra-se em processo de degradação, segundo dados da FAO.

Cabe aos gestores e tomadores de decisão gerar políticas públicas que possam manter e aumentar a matéria orgânica contida nos solos.

“Esse é um passo muito importante para a descarbonização da agricultura do País”, enfatiza Maria de Lourdes. “No Brasil, estabelecer uma governança corporativa e trazer o solo para a agenda global são resultados de um esforço de mais de duas décadas”, acrescenta.

Maior patrimônio do produtor rural

Para o secretário adjunto da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDI/Mapa), Cleber Oliveira Soares, precisamos conhecer melhor o maior patrimônio do produtor rural: o solo. “Esse é um momento oportuno para a divulgação desses mapas, já que o mundo debate e clama por uma agenda de sustentabilidade. Os solos estão entre os maiores reservatórios de carbono da natureza. Esse é um momento também no qual o Brasil se posiciona na vanguarda do conhecimento, em função da COP 26. Anunciamos um grande programa de descarbonização da agricultura, o ABC+. É a agricultura contribuindo com uma agenda de segurança climática e alimentar”, pontua Cleber.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 10/11/2021

PREFEITO PARTICIPA DE REUNIÃO NA ALESC SOBRE DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE ITAJAÍ

Informação: Prefeitura de Navegantes (10 de novembro de 2021)



Foto: Prefeitura de Navegantes

O prefeito Liba Fronza participou, na segunda-feira (8), de audiência pública sobre o processo de estudo da desestatização dos portos catarinenses, em especial, ao de Itajaí, na Assembleia Legislativa do Estado (Alesc), em Florianópolis.

Entre as autoridades presentes estiveram o Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni, e o Diretor do Departamento Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias da Secretaria Nacional

de Portos e Transportes Aquaviários, Fábio Lavor.

O Chefe do Executivo de Navegantes vem participando das conversações acerca da concessão do Porto de Itajaí, pois o tema é de interesse do município, tanto em termos econômicos, já que a Portonave também faz parte do Complexo Portuário, quanto na parte turística, uma vez que o

Molhe do bairro São Pedro (Pontal) é de responsabilidade da Autoridade Portuária e está fechado para a população desde 2016, em decorrência das obras da Baía de Evolução.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 10/11/2021

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

NO MATO GROSSO DO SUL, EMPRESA DE CELULOSE APRESENTA 24º PEDIDO DE NOVA FERROVIA

Eldorado Brasil Celulose pretende criar e operar nova linha férrea de 88,9 quilômetros de extensão, com investimento de R\$ 890 milhões, entre Três Lagos e Aparecida do Taboado



Crédito: Ricardo Botelho/MInfra

A empresa Eldorado Brasil Celulose é a autora do 24º pedido de autorização para construção e operação de uma linha ferroviária com base no Marco Legal das Ferrovias. Com investimento previsto de R\$ 890 milhões e 88,9 quilômetros de extensão, o projeto da ferrovia está no Mato Grosso do Sul, entre os municípios de Três Lagos e Aparecida do Taboado.

O empreendimento será destinado ao transporte de carga estimada em 1,7 milhões de toneladas de celulose por ano. Após o requerimento da Eldorado, o Governo Federal, por meio do Ministério da Infraestrutura (MInfra), já reúne 24 solicitações do tipo em análise no âmbito do programa federal Pro Trilhos.

Juntos, os pedidos representam R\$ 100,92 bilhões em investimentos previstos e 7.590,69 quilômetros de extensão em novos trilhos, cruzando 14 unidades da Federação. Todas as solicitações são apreciadas pela equipe da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres (SNTT), com apoio técnico da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT).

A Eldorado é a segunda empresa do ramo de celulose interessada em desenvolver segmento próprio para visualizar o transporte de sua carga por trilhos. A Bracell apresentou projetos para duas novas linhas férreas no estado de São Paulo: uma com 4,29 quilômetros de extensão em Lençóis Paulistas e outra, com 19,5 quilômetros, ligando, Lençóis Paulistas a Pederneiras.

NOVOS OPERADORES – Ao todo, 13 investidores privados respondem pelas solicitações apresentadas à União até o momento, interessados em entrar no setor de transporte ferroviário ou ampliar sua atuação no segmento graças ao programa federal Pro Trilhos. Lançada em setembro, a iniciativa visa ampliar a malha ferroviária nacional liberando sua exploração ao capital privado também pelo modelo de autorização, de forma mais célere e com menos burocracia, como já ocorre na exploração de infraestrutura em setores como telecomunicações, energia elétrica, portuário e aeroportuário.

Do total de proponentes, três já operam ferrovias pelo regime de concessão – VLI, Rumo e Ferroeste. São estreantes, além da Eldorado e da Bracell, Petrocity, Grão Pará Multimodal, Planalto Piauí Participações, Fazenda Campo Grande, Macro Desenvolvimento Ltda, Morro do Pilar Minerais S.A., Iron Brazil Railway e Minerva, que são originalmente vinculados a Terminais de Uso Privado (TUPs) ou aos próprios originadores de carga.

As 24 solicitações atendem demandas históricas do transporte ferroviário quanto à provisão de novas rotas e à inclusão de mais operadores na oferta ferroviária para escoamento de cargas

minerais, agrícolas e por contêineres pelo país. Além da equipe da SNTT, a ANTT analisa as propostas quanto à compatibilidade locacional dos projetos com o restante da malha ferroviária federal, implantada ou outorgada.

O Marco Legal das Ferrovias, criado pela Medida Provisória 1.065/2021, também avança no Congresso Nacional, após a aprovação pelo Senado Federal do PLS 261/18. O texto agora será analisado pela Câmara dos Deputados. Caso aprovado sem mudanças pelos deputados, a tramitação se conclui e o projeto segue para sanção do presidente da República.

Confira a relação de todos os requerimentos apresentados até aqui:



mapa_24autorizacoes.jpeg

Petrocity: São Mateus/ES – Ipatinga/MG: 410 km de extensão

VLI: Lucas do Rio Verde/MT – Água Boa/MT: 557 km de extensão

VLI: Uberlândia/MG – Chaveslândia/MG: 235 km de extensão

VLI: Porto Franco – Balsas/MA: 230 km de extensão

VLI: Cubatão/SP-Santos/SP: 8 km de extensão

Ferroeste: Maracaju/MS – Dourados/MS: 76 km de extensão

Ferroeste: Guarapuava/PR - Paranaguá/PR: 405,2 km de extensão

Ferroeste: Cascavel/PR – Foz do Iguaçu/PR: 166 km de extensão

Ferroeste: Cascavel/PR a Chapecó /SC: 286 km de extensão

Grão Pará: Alcântara/MA – Açailândia/MA: 520 km de extensão

Planalto Piauí Participações: Suape/PE – Curral Novo/PI: 717 km de extensão

Fazenda Campo Grande: Terminal Intermodal em Santo André/SP: 7 km de extensão

Macro Desenvolvimento Ltda.: Presidente Kennedy/ES – Conceição do Mato Dentro/MG – Sete Lagoas/MG: 610 km de extensão

Petrocity: Barra de São Francisco/ES – Brasília (DF): 1.108 km de extensão

Rumo: Santos – Cubatão – Guarujá/SP – 37 km

Rumo: Água Boa – Lucas do Rio Verde/MT: 508 km de extensão

Rumo: Uberlândia/MG – Chaveslândia/MG: 276,5 km de extensão

Bracell: Lençóis Paulistas (SP): 4,29 km de extensão

Bracell: Lençóis Paulistas-Pederneiras (SP): 19,5 km de extensão

Morro do Pilar Minerais S.A: Colatina – Linhares (ES): 100 km de extensão

Brazil Iron Mineração Ltda: Abaíra – Brumado/BA – Fiol – FCA: 120 km de extensão

Petrocity: Campos Verdes/GO – Unai/MG: 530 km de extensão

Minerva: Açailândia/MA – Barcarena/PA: 571,3 km de extensão

Eldorado Brasil Celulose S.A.: Três Lagoas/MS – Aparecida do Taboado/MS: 88,9 km de extensão

Assessoria Especial de Comunicação

Ministério da Infraestrutura

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 10/11/2021

EM PARIS, TARCÍSIO APRESENTA AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO EM INFRAESTRUTURA A PAÍSES DA OCDE

Ministro da Infraestrutura segue agora para Milão e Madrid para novas rodadas de reuniões apresentando a carteira de projetos do Governo Federal



Ministro Tarcísio apresentou avanços na infraestrutura de transportes aos membros da OCDE - Crédito: Lais Vita/MInfra

Um encontro com embaixadores dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) marcou a primeira parte do roadshow do Governo Federal, encerrada nesta terça-feira (9) em Paris (FRA). Desde domingo (7) a delegação brasileira, liderada pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio

Gomes de Freitas, está na Europa para apresentar a carteira de projetos a operadores mundiais e fundos soberanos de investimentos.

A representantes dos 35 países que compõem o bloco, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, apresentou o setor de infraestrutura e as ações do Brasil para o desenvolvimento ao longo dos próximos anos, inclusive com os resultados da transferência de empreendimentos de transportes ao setor privado. Em 77 leilões realizados pelo MInfra, desde 2019, já foram assegurados cerca de R\$ 90 bilhões em investimentos privados.

“Tudo é pensado nesse cronograma, até mesmo a ordem em que os leilões acontecem. Tem um encadeamento lógico que tem sido feito. Se fizéssemos tudo ao mesmo tempo, a gente não teria efetividade. Por isso, os leilões de aeroportos acontecem em rodadas e agora vamos para a sétima. Temos tido sucesso procedendo dessa forma”, avaliou o ministro. Depois de Paris, a delegação brasileira passará por Milão (ITA), Madrid (ESP), Abu Dhabi e Dubai (EAU).

AGENDA – Os dois dias na capital francesa também registraram reuniões com representantes do Groupe AdP (Aéroports de Paris), Stoa, Transdev, Maersk (APM), Fraport, Egis e Vinci. Essa última responsável pela administração do aeroporto de Salvador – considerado o mais sustentável do país – e que recentemente assinou contrato com o Governo Federal referente a concessão de sete aeroportos do Bloco Norte – Manaus, Porto Velho, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Tabatinga, Tefé e Boa Vista – leiloados durante a Infra Week, em abril.

Entre os principais ativos na carteira do MInfra estão os 16 aeroportos que vão a leilão na sétima e última rodada, previsto para 2022. São três blocos que preveem investimentos de quase R\$ 8,5 bilhões. O Bloco RJ-MG tem Santos Dumont e Jacarepaguá (RJ), e Uberlândia, Montes Claros e Uberaba (MG); Bloco SP-MS-PA é formado por Congonhas e Campo de Marte (SP), Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã (MS), e Santarém, Marabá, Carajás e Altamira (PA); enquanto Belém (PA) e Macapá (AP) estão no Bloco Norte 2.

SUPER INFRA – O período na Europa e Oriente Médio coincide com o intervalo de leilões programados na Super Infra, temporada de grandes concessões promovida pelo MInfra. Até o momento, uma rodovia (Dutra e Rio-Santos) e dois terminais portuários foram leiloados, assegurando cerca de R\$ 15 bilhões em investimentos.

Assessoria Especial de Comunicação
Ministério da Infraestrutura

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 10/11/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

CÂMARA APROVA TEXTO-BASE DA PEC DOS PRECATÓRIOS EM 2º TURNO

Da redação



Texto-base da PEC é aprovado em 2º turno com 323 votos. Eram necessários pelo menos 308. Margem foi mais folgada do que no 1º turno, quando PEC teve 312 votos favoráveis. (Crédito: Arquivo/Agência Brasil)

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios foi aprovada em segundo turno na Câmara dos Deputados na noite desta terça-feira, 9. A questão, que é um dos principais pontos de pauta do Palácio do Planalto, segue agora para o Senado, onde também terá que ser avaliada em dois turnos para ser efetivamente aprovada.



No segundo turno de votação na Câmara, o placar ficou em 323 votos favoráveis contra 172 contrários. Eram necessários 308 votos para aprovação. No primeiro turno, foram 312 votos a 144.

Os destaques estão sob análise neste momento, o que pode modificar o texto final a ser enviado ao Senado Federal. A proposta é vista como crucial pelo governo de Jair Bolsonaro para permitir o pagamento do programa social Auxílio Brasil no valor de R\$ 400 até dezembro de 2022.

Na votação de 1º turno, na semana passada, a proposta foi aprovada por 312 votos, ou seja, quatro a mais que o necessário. Naquele momento, 15 deputados do PDT e dez do PSB foram favoráveis ao projeto.

Desta vez, o PDT fechou questão contra a PEC. No entanto, na última semana, o quórum pós-feriado de Finados eram menor do que o registro de presença desta terça-feira. Cerca de 500 deputados registraram presença na Casa.

A única derrota do governo ocorreu durante votação dos destaques de 1º turno, que são propostas para modificar o texto final de um projeto. Neste caso, um dos destaques, que foi apresentado pelo partido Novo, retirou do texto a flexibilização da regra de ouro. Eram necessários 308 votos para flexibilizar a regra de ouro, mas apenas 303 deputados votaram junto com o governo, ou seja, cinco votos a menos que o necessário.

A regra de ouro tem como meta objetivo de evitar endividamento para pagar despesas correntes. Para cobrir gastos correntes, o governo precisa pedir autorização do Congresso. A tentativa da base governista era conseguir o descumprimento da regra junto com a votação do Orçamento do ano seguinte.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 10/11/2021

PETROBRAS E SHELL SÃO HABILITADAS PARA LEILÃO DE EXCEDENTES DA CESSÃO ONEROSA

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) habilitou mais duas empresas para a Segunda Rodada de Licitações dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa – Petrobras e Shell. Com elas, chega a dez o número de empresas inscritas para participar do leilão, em 17 de dezembro. Além das duas, já foram autorizadas Chevron, Ecopetrol, Enauta, Equinor, ExxonMobil, Petrogal, Petronas e Total Energies.

No leilão, vão ser ofertadas as áreas de Sépia e Atapu, ambas inseridas nos limites do polígono do pré-sal, região estratégica da bacia sedimentar brasileira. Por isso, as áreas são regidas por contratos de partilha, no qual a participação da Petrobras é obrigatória, na condição de operadora dos projetos e dona de pelo menos 30% de cada uma das áreas.

“Outros pedidos (de habilitação para o leilão) poderão ser analisados nas próximas reuniões da CEL (Comissão Especial de Licitação). As empresas inscritas atenderam todos os requisitos previstos no edital e estão aptas a participar da rodada”, informou a ANP, em comunicado.

A fase de habilitação é obrigatória, mesmo para as empresas que pretendam apresentar oferta em consórcio. Cumpridas as exigências estabelecidas no edital e tendo sido a habilitadas, as empresas poderão apresentar ofertas para as áreas em 17 de dezembro.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 10/11/2021

EX-CEO DA BUNGE É NOMEADO COMO CONSELHEIRO INDEPENDENTE DA ECO-ENERGY

Por Roberto Samora



Planta de etanol em Nebraska

SÃO PAULO (Reuters) – A Eco-Energy, controlada da Copersucar que atua na comercialização e distribuição de combustíveis nos Estados Unidos, anunciou a nomeação de Soren Schroder, ex-CEO da Bunge, como o novo membro independente do conselho de administração da empresa.

O economista dinamarquês de 60 anos assume a posição na Eco-Energy com o objetivo de promover o aumento do uso global de energia renovável e de menor intensidade de carbono, disse a empresa, totalmente detida pela Copersucar desde 2017.

“Sua ampla experiência de 35 anos no setor de agronegócio nos Estados Unidos e na Europa, com passagens por empresas como Continental Grain Company, Cargill e como CEO da Bunge América do Norte, vai reforçar a liderança da Eco-Energy no mercado nacional e expandir os biocombustíveis para outros mercados”, disse a companhia em nota.

Fundada em 1992 e sediada em Franklin, Tennessee, a Eco-Energy é uma empresa com 4 bilhões de dólares em receitas anuais.

Junto com a Copersucar, a Eco-Energy criou uma das maiores plataformas de negócios de etanol do mundo.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 10/11/2021



MONEYTIMES

PETROBRAS AMPLIA INVESTIMENTO EM RESTAURAÇÃO FLORESTAL

Por Reuters

O projeto terá como foco a restauração de floresta de espécies nativas nos biomas brasileiros

A Petrobras (PETR4) ampliará os investimentos em projetos voltados à restauração florestal em cerca de 50 milhões de reais, informou a petroleira em comunicado nesta quarta-feira.

O projeto terá como foco a restauração de floresta de espécies nativas nos biomas brasileiros, que contribuem para fixação de carbono, evitando emissões de gases de efeito estufa.

O investimento está previsto para os próximos cinco anos e faz parte da iniciativa Floresta Viva, que foi lançada nesta quarta-feira pelo BNDES em um fórum realizado na cúpula climática da ONU COP26, em Glasgow.

“A iniciativa Floresta Viva será operada sob o princípio da junção de recursos do BNDES com recursos de outras empresas. A parceria entre Petrobras e BNDES totalizará um investimento de 100 milhões de reais em cinco anos, para financiamento de projetos de reflorestamento”, disse a Petrobras no comunicado.

Fonte: MoneyTimes

Data: 10/11/2021

PAULO GUEDES: AUDIÊNCIA SOBRE OFFSHORE EM PARAÍSO FISCAL É CANCELADA



Ainda não há nova data marcada para ouvir o ministro da Economia (Imagem: Edu Andrade/Ascom/ME)

As comissões de Fiscalização Financeira e Controle; e de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados cancelaram a audiência que fariam nesta quarta-feira (10) para ouvir o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele foi convocado a explicar movimentações financeiras no

exterior por meio de offshore em paraíso fiscal. Ainda não há nova data marcada para ouvir Guedes.

Os requerimentos de convocação foram apresentados pelos deputados Kim Kataguiri (DEM-SP), Leo de Brito (PT-AC) e Elias Vaz (PSB-GO).

“Em geral, empresários usam empresas sediadas em paraísos fiscais para evitar o pagamento de tributos ou evitar a fiscalização das operações por parte das autoridades brasileiras”, afirmou Kataguiri. Ele considera o quadro grave porque, “sem a devida supervisão dos órgãos brasileiros, não é possível saber se ele se beneficiou financeiramente de algum dos atos praticados por ele ou por seus subordinados enquanto ministro de Estado”.

Leo de Brito destacou ainda que Paulo Guedes faz parte do Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão responsável por emitir resoluções sobre temas relacionados a ativos mantidos no exterior, e tem acesso a informações sensíveis relacionadas a flutuações nas taxas de câmbio e variação nas taxas de juros. “Guedes atuou na decisão que alterou as regras para donos de offshores, quando se elevou o limite do valor depositado no exterior que precisa declarado”, lembrou.

Elias Vaz disse que a abertura de uma offshore ou de contas no exterior não é ilegal, desde que o saldo mantido lá fora seja declarado à Receita Federal e ao Banco Central, mas ressalta que, no caso de servidores públicos, a situação é diferente. “O artigo 5º do Código de Conduta da Alta Administração Federal, instituído em 2000, proíbe funcionários do alto escalão de manter aplicações financeiras, no Brasil ou no exterior, passíveis de ser afetadas por políticas governamentais”, explicou.

A proibição, segundo a lei, não se refere a toda e qualquer política oficial, mas àquelas sobre as quais a autoridade pública tenha informações privilegiadas, em razão do cargo ou função. “Em janeiro de 2019, cinco anos depois de abrir a offshore e depositar US\$ 9,54 milhões, Guedes virou o principal fiador do governo Bolsonaro e assumiu o cargo de ministro da Economia, sob cuja responsabilidade está um enorme leque de decisões capazes de afetar seus próprios investimentos no exterior”, afirmou Vaz.

Defesa

Em nota oficial publicada na época em que a denúncia foi divulgada, a defesa de Guedes negou que ele tenha atuado de forma a misturar interesses públicos com privados. A nota informou que não houve nenhuma remessa ou retirada de valores para a companhia, que funciona nas Ilhas Virgens Britânicas, desde que Guedes tomou posse como ministro da Economia. A defesa negou que ele tenha se beneficiado de forma privada de qualquer decisão relativa à política econômica brasileira.

Segundo o comunicado, toda a documentação e informação pessoal do ministro foi enviada à Comissão de Ética Pública e aos demais órgãos competentes, no início do mandato. A nota classificou de “ilações e mentiras” as acusações de que o ministro tenha usado o cargo para aumentar a fortuna pessoal.

O texto acrescenta que Guedes juntará todos os documentos necessários para demonstrar que não violou o Código de Conduta da Alta Administração Federal nem a Lei de Conflitos de Interesses. De acordo com a nota, o ministro permanece à disposição das autoridades públicas e do Congresso Nacional para prestar esclarecimentos.

Fonte: MoneyTimes

Data: 10/11/2021

CÂMARA APROVA PEC DOS PRECATÓRIOS EM SEGUNDO TURNO POR 323 VOTOS A 172

Câmara vota PEC dos Precatórios em segundo turno em 09 de novembro de 2021



Apertado: eram necessários, no mínimo, 308 votos para aprovar a emenda constitucional (Imagem: Ag. Câmara/ Antônio Augusto)

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em 2º turno, o texto-base da PEC dos Precatórios (PEC 23/21, do Poder Executivo). Foram 323 votos a 172.

Os deputados começam agora a analisar destaques dos partidos que pretendem retirar trechos do texto do relator Hugo Motta (Republicanos-PB). Os temas são semelhantes aos votados no 1º turno, como as mudanças no cálculo do teto de gastos e nas regras que estipulam um limite de pagamento de precatórios.

Precatórios são dívidas do governo com sentença judicial definitiva, podendo ser em relação a questões tributárias, salariais ou qualquer outra causa em que o poder público seja o derrotado. A proposta também corrige os valores dos precatórios exclusivamente pela Taxa Selic.

Com o limite, em 2022 o governo poderá pagar cerca de R\$ 44,5 bilhões em vez dos R\$ 89,1 bilhões previstos. Outros R\$ 47 bilhões de folga orçamentária serão abertos com a mudança no cálculo da correção do teto de gastos.

Educação

De acordo com o texto, os precatórios para o pagamento de dívidas da União relativas ao antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) deverão ser quitados com prioridade em três anos: 40% no primeiro ano e 30% em cada um dos dois anos seguintes. Essa prioridade não valerá apenas contra os pagamentos para idosos, pessoas com deficiência e portadores de doença grave.

Fonte: MoneyTimes

Data: 10/11/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

GOVERNO DEFINE ESTE MÊS MISTURA OBRIGATÓRIA DE BIODIESEL PARA 2022, QUANDO TERMINAM OS LEILÕES DA ANP

Por epbr - 10 de novembro de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter

Contato da redação

epbr@epbr.com.br

● AO VIVO COP26 | A partir das 18h, live comandada por Gabriel Chiappini repercute todos os acontecimentos do dia na Cúpula do Clima da ONU. Inscreva-se: <https://bit.ly/3tPKAKK>

em jogo

Na próxima reunião do CNPE, em 22 de novembro, o governo vai definir a mistura obrigatória do biodiesel para 2022, disse o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, nessa terça (9/11). O percentual de mistura foi reduzido diversas vezes desde 2020, mas especialmente este ano, em razão do preço do óleo de soja.

— “Foi reduzido temporariamente, não só pelo preço, muito pelo contrário (...) Ano passado, tivemos que reduzir porque não tinha biodiesel. Não podemos ficar mudando a mistura mês a mês”, justificou o ministro.

— A partir de 1º de janeiro do próximo ano, terminam os leilões de biodiesel promovidos pela ANP. A medida preocupa os produtores do biocombustível, que temem um colapso no abastecimento.

— A decisão de extinguir os leilões foi reiterada diversas vezes pelo MME e pelo CNPE. A ANP já aprovou o novo modelo de comercialização, que retira a Petrobras como intermediadora das compras do biocombustível.

— Com a mudança no mercado a caminho, a S&P Global Platts lançou uma avaliação de preços de biodiesel brasileiro DAP (entregue no local) em Paulínia (SP), em vigor desde 3 de novembro de 2021.

— A avaliação reflete o biodiesel especificação padrão ANP e transações para volumes entre 100 e 250 metros cúbicos. Outros volumes podem ser considerados e normalizados para a faixa de volume padrão.

— A Platts considera as indicações de compra/venda e as transações com pagamento em até dez dias da entrega. A avaliação é publicada em real e dólar por metro cúbico diariamente, refletindo o valor às 16h30 no horário de São Paulo.

— No período de 3 de novembro a 30 de dezembro de 2021, a Platts irá considerar indicações de compra, indicações de venda e transações para o biodiesel entregue em janeiro de 2022, quando se extinguem os leilões da ANP. A partir de 3 de janeiro, a avaliação refletirá o biodiesel entregue entre 1 a 7 dias após a data de publicação.

— Na ausência de indicações de compra, indicações de venda, transações ou valores de mercado, a Platts irá considerar as variações da principal matéria-prima, incluindo a avaliação Platts do óleo de soja FOB Paranaguá



— Com a avaliação, a Platts pretende dar transparência ao mercado brasileiro de biodiesel durante a transição do leilão mandatório para um mercado baseado em negociações spot e contratos a termo.

PetroRio vende quase 2 milhões de barris em outubro A PetroRio registrou a venda de 1,922 milhão de barris de petróleo em outubro, de acordo com dados operacionais preliminares e não auditados divulgados pela companhia. Foi a terceira maior venda mensal registrada pela PetroRio em 2021, e quase cinco vezes maior que a venda de setembro, que foi de 424.563 barris.

— Quanto à produção, a petroleira totalizou 31.480 barris de óleo equivalente por dia (boepd) no mês passado.

— A PetroRio opera os campos de Frade, Polvo e Tubarão Martelo, na Bacia de Campos. Ainda detém 10% de participação no campo de gás de Manati, no litoral da Bahia, que foi vendida em novembro de 2020, mas a operação ainda aguarda conclusão.

— Em consórcio com a Cobra, a PetroRio foi escolhida pela Petrobras para participar de negociações exclusivas para os termos finais de compra e venda dos campos de Albacora e Albacora Leste, em águas profundas da Bacia de Campos.

NTS e TAG planejam gasodutos para 2022 e 2023 A Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e a Transportadora Associada de Gás (TAG), as duas principais transportadoras privadas de gás natural do Brasil, têm planos de construir novos gasodutos entre 2022 e 2023. Devem ser os primeiros projetos instalados no país após a sanção da Lei do Gás.

— Em um primeiro momento, o foco está em pequenas conexões. A NTS pretende construir em 2022 o gasoduto Itaboraí-Guapimirim (GASIG), de 11 km, que ligará a UPGN da Petrobras no Polo GasLub (antigo Comperj), em Itaboraí (RJ), à malha nacional.

— Já a TAG tem planos de conectar o terminal de regaseificação de Sergipe à malha nacional até o fim de 2023, por meio de um gasoduto de 25 km. Valor

Data emperra mercado de carbono brasileiro O principal ponto de divergência no Congresso Nacional em relação ao projeto de lei 528/21, que regulamenta o mercado de carbono, trata da data de sua implementação, de acordo com o autor do PL, deputado federal Marcelo Ramos (PL/AM), que está na COP26, em Glasgow, na Escócia.

— Em entrevista exclusiva à epbr, Ramos fez um apelo aos líderes partidários e ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL) para que a votação da matéria seja pautada rapidamente. A regulação é considerada essencial para o avanço do mercado de carbono regulado no país.

Royalties da SIX A ANP realizou nessa quarta (9/11) audiência pública para obter contribuições sobre minuta de acordo para o recolhimento de royalties referentes à produção de petróleo e gás proveniente de xisto na Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), da Petrobras, em São Mateus do Sul (PR).

— A audiência foi realizada em São Mateus do Sul. O diretor da ANP Dirceu Amorelli disse que “a audiência pública que estamos realizando tem como objetivo escutar a comunidade local”.

— Após inúmeras discussões técnicas com a ANP, a Petrobras propôs encerrar as pendências relacionadas aos royalties por meio do pagamento parcelado de R\$ 559 milhões. O acordo, porém, gerou denúncia da Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobras (Anapetro) à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



MME preocupado com abastecimento de combustíveis Em audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado sobre a política de preços da Petrobras nessa terça (9/11), o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, manifestou uma “preocupação grande” com a possibilidade de desabastecimento de combustíveis, caso haja alteração na forma como a Petrobras reajusta seus preços.

— Segundo o ministro, o preço do petróleo tende a avançar mais com a chegada do inverno no hemisfério norte, que, em razão da necessidade de aquecimento, faz aumentar a demanda por gás e por outros combustíveis.

— “Temos de ter preocupação grande com desabastecimento. Mudar qualquer coisa, tem que ser com critério, transparência e governança. Todos estamos trabalhando nisso para que a gente possa dar uma resposta à sociedade, e tenho certeza que vai ocorrer”, declarou. G1

— Há ao menos dois projetos no Senado para derrubar a política de Preços de Paridade de Importação (PPI). Um do senador Jader Barbalho (MDB/PA) e outro do senador Rogério Carvalho (PT/SE).

Guedes e Silva e Luna no Senado A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado marcou para dia 23 de novembro a audiência com os ministros da Economia Paulo Guedes, de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna. O convite foi aprovado nessa terça (9/11) na comissão.

— Será mais uma audiência para falar sobre os sucessivos aumentos dos combustíveis promovidos pela petroleira e a política de Preços de Paridade de Importação (PPI). CNN Brasil

Governo descarta racionamento e apagão O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou que o país já pode se considerar livre de um programa de racionamento compulsório de energia e riscos de apagões, como em 2001.

— “As medidas adotadas permitiram que o país permanecesse com a segurança energética e com o fornecimento de energia para todos os consumidores”, afirmou Albuquerque. De acordo com o ministro, com a chegada das chuvas no Sudeste e no Centro-Oeste, os reservatórios deverão alcançar o nível de 25,4% no fim deste mês.

— Para 2022, Albuquerque informou que o setor não deverá enfrentar novo risco de desabastecimento. “Não há nenhuma indicação de que possamos ter algum problema em termos de racionamento e apagão”, garantiu. Valor

Outorgas de eólica e solar “bateram no teto”, avalia Aneel A corrida por outorgas para projetos de geração eólica e solar bateu no teto e já soma mais de 185 mil MW, sendo 145 mil MW em solar e 40 mil MW para eólicas. Com a marca, foi superada a capacidade de o mercado absorver esses projetos, segundo o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, informou a Coluna do Broadcast, do Estadão.

— Para regular a ordem de entrada em funcionamento dos empreendimentos, a agência estuda realizar um leilão, que a permitiria definir quem poderá se conectar para atender ao crescimento carga de energia.

— “Para que haja uma disputa na qual todos tenham direito, nada melhor do que um processo competitivo para definir quem poderá conectar primeiro sua usina”, diz Pepitone.

Petrobras interpela Ciro Gomes na Justiça A Petrobras apresentou ao Tribunal de Justiça (TJ) do Ceará uma interpelação judicial contra Ciro Gomes, conta Ancelmo Gois, de O Globo. A empresa quer saber o que ele quis dizer sobre a companhia “distribuir R\$ 32 bilhões de reais de lucro apenas no trimestre, para meia dúzia de milionários estrangeiros”.

— A fala de Ciro está presente em um vídeo seu postado no YouTube, com o título “Olha o que eu vi na frente da Petrobras”. Ele aparece no Rio de Janeiro para mostrar “contradições” sobre os lucros da estatal e a miséria da população.

— Segundo o advogado da Petrobras, Ciro não apresenta “quaisquer evidências e/ou comprovações, deixando de lado, inclusive, informações públicas e notórias, continuamente fornecidas ao grande público pela Petrobras, em típica atitude de quem almeja criar e disseminar fake news”.

Petróleo atinge mais alto nível em duas semanas Os preços do petróleo subiram para o nível mais alto em duas semanas nessa terça (9/11), depois que os EUA suspenderam as restrições de viagens e outros sinais de uma recuperação pós-pandemia global impulsionaram as perspectivas de demanda, enquanto a oferta permanecia apertada.

— Os futuros do Brent avançaram 1,35 dólar, ou 1,6%, para fechar em 84,78 dólares o barril, enquanto o WTI subiu 2,22 dólares, ou 2,7%, para fechar em 84,15 dólares. Reuters

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 10/11/2021

ESBOÇO DA COP26 PRORROGA ENTREGA DE COMPROMISSOS PARA ATINGIR META DO ACORDO DE PARIS

O documento inclui novos prazos para que países retornem com novas NDCs, mais ambiciosas, até 2023

Por Juliana Ennes - 10 de novembro de 2021 - Em Agendas da COP26, Transição energética



Reta final da COP26 começa a delinear proposta de acordo para redução de emissões (foto: poetiza Yrsa Daley-Ward durante cerimônia de abertura da COP26, em Glasgow, por Karwai Tang/governo do Reino Unido)

Glasgow – Conforme a conferência do clima de Glasgow vai chegando ao fim, as negociações para o texto final do acordo que precisará ser assinado por quase 200 nações se intensificam.

Na manhã desta quarta (10), as Nações Unidas divulgaram o esboço do documento final (.pdf), que ainda deverá sofrer diversos ajustes nos próximos dias.

A primeira reação de especialistas foi de que o texto oferece avanços significativos ao Acordo de Paris em relação a questões relativas à mitigação climática, mas ainda aquém das necessidades para lidar com a crise climática.

O documento inclui novos prazos para que países retornem com novas NDCs, mais ambiciosas, até 2022 e 2023, de forma que estejam alinhadas com a manutenção da meta de 1.5C.

Estabelece que os 196 melhorem suas NDCs em 2023 e que todos os países submetam metas e planos para se tornarem net-zero até 2022, em conformidade ao estabelecido no Acordo de Paris.

Menção aos combustíveis fósseis

Uma das principais novidades trazidas pelo texto é a menção à extinção do uso de carvão e fim dos subsídios a combustíveis fósseis, tópico excluídos do primeiro rascunho do acordo.

“Chamamos as partes a acelerar o fim do uso de carvão e subsídios para combustíveis fósseis”, diz o novo esboço.

Divergências na Câmara atrapalham criação do mercado de carbono brasileiro

Mesmo sem trazer metas específicas, o parágrafo relativo a combustíveis fósseis deverá sofrer forte rejeição de países dependentes da produção de óleo e gás, como Arábia Saudita, acreditam especialistas.

Sem meta para tirar financiamento do papel

Sobre o setor financeiro, o texto acolhe o a meta de financiamento de US\$100 bilhões para países em desenvolvimento, mas não traz nenhuma pressão para a aceleração de financiamento.

Especialistas acreditam não ser suficiente enfatizar a urgência de que países desenvolvidos compareçam com mais recursos. “Financiamento climático até agora tem falhado com os países em desenvolvimento,” disse uma especialista.

A questão de reparação de perdas e danos devido à mudança climática é reconhecida pelo texto, mas especificidades nem detalhes de facilitação a esses recursos, o que tem sido constante crítica de países pequenos.

No entanto, apesar de o texto ser específico em relação à redução de emissões de gases de efeito estufa, ainda permanece muito vago no que se refere a finanças, adaptação e perdas e danos.

Alden Meyer, consultor sênior da think tank europeia E3G, disse que este não é um rascunho para a solução climática. Ele considera um absurdo o mundo permanecer até hoje fornecendo subsídios para a produção de combustíveis fósseis e considerou que a meta de 1.5C está viva “por muito pouco,” de acordo com briefing sobre o texto a jornalistas de todo o mundo.

Jennifer Morgan, diretora executiva do Greenpeace, concorda que o texto publicado nesta quarta-feira “não é um plano para resolver a crise climática,” de acordo com publicação em seu Twitter.

“Este é um acordo que nós vamos todos cruzar os dedos e esperar pelo melhor. É um pedido educado para que países talvez, possivelmente, façam mais no próximo ano. Isto não é suficiente,” acredita.



Ela defendeu que negociadores não deveriam nem cogitar sair de Glasgow sem um acordo que faça jus ao momento, e não é o que foi visto no documento atual.

Juliana Ennes

Especial para a COP26, em Glasglow. Radicada em Nova Iorque, especializada na América Latina, ela tem focado sua cobertura nos setores de energia e meio ambiente, finanças, negócios e macroeconomia

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 10/11/2021

BNDES LANÇA FUNDO DE R\$ 500 MI VOLTADO PARA REFLORESTAMENTO

Por Juliana Ennes - 10 de novembro de 2021 - Em Agendas da COP26, Meio ambiente

Glasgow – O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou durante a Conferência do Clima — COP26 uma chamada pública para financiamento a projetos de reflorestamento. Anúncio foi feito pelo presidente do banco, Gustavo Montezano.

O objetivo é chegar a R\$ 500 milhões investidos no reflorestamento de até 33 mil hectares em diversos biomas. O banco de fomento seria responsável pela metade dos recursos, cobrindo o equivalente de investimentos por empresas.

Montezano esclareceu que a parcela das empresas privadas será feita inicialmente sob a forma de doação, mas com a possibilidade de geração de créditos de carbono uma vez que este mercado seja regulado.

A estimativa do banco é de que esses projetos poderão gerar créditos para até 9 milhões de toneladas de carbono.

Apesar de o fundo Floresta Viva ter sido oficialmente lançado durante a COP26, o BNDES já fechou acordos com sete parceiros. E R\$ 80 milhões já foram levantados da meta de R\$ 250 milhões.

As entidades que participam até agora da iniciativa são Petrobras, Vale, Itaipu, Heineken, Philip Morris, Coopercitrus, e Mato Grosso do Sul.

Na COP, Montezano fez um convite a empresas que participam da conferência a entrarem em contato para que o banco termine a cúpula já com a meta atingida.

“A gente como banqueiro, identifica que isso aqui [COP26] é também um ambiente de negócios. Tem a temática geopolítica e a acadêmica, mas é também um ambiente de negócios e de inovação, de capital de risco e novos negócios,” disse.

O projeto de reflorestamento é um projeto piloto e o BNDES pode ultrapassar a marca de meio bilhão de reais investidos, a depender da demanda.

“Convido a todos os empresários que viam a floresta como fonte de pobreza a vê-la como fonte de riqueza. Temos agenda de promover a economia da biodiversidade, qualquer ecossistema faz parte de um sistema econômico,” disse o presidente do BNDES no mesmo dia em que o ministro do meio ambiente, Joaquim Leite, disse reconhecer que “onde existe muita floresta, também existe muita pobreza”.



Juliana Ennes

Especial para a COP26, em Glasgow. Radicada em Nova Iorque, especializada na América Latina, ela tem focado sua cobertura nos setores de energia e meio ambiente, finanças, negócios e macroeconomia

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 10/11/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

PROTESTO CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL EM SP TERMINA EM CONFUSÃO. ENTENDA O QUE ESTÁ EM JOGO

Servidores reclamam de aumento de alíquota de contribuição para quem ganha mais de um salário mínimo e mudança em idade mínima

Por Bianca Gomes



Manifestantes fazem protesto contra mudanças na previdência municipal Foto: Bianca Gomes / Agência O Globo

SÃO PAULO — Um protesto contra a aprovação da reforma da previdência municipal em São Paulo terminou em confusão na tarde desta quarta-feira.

A Polícia Militar jogou bombas de gás para dispersar os manifestantes, que botaram fogo em sacos de lixo na rua, perto da Câmara Municipal.

Houve correria e tentativa de quebrar o portão da sede do Legislativo.

Ao menos uma manifestante foi hospitalizada com fratura na perna, segundo o sindicato dos funcionários públicos da capital paulista.

O que motivou protesto?

Servidores públicos se reuniram em frente à sede da Câmara no início da tarde para protestar contra o Sampaprev 2, projeto do prefeito Ricardo Nunes (MDB) que altera as regras da previdência de funcionários públicos.

O texto foi aprovado em primeira votação na Câmara em 14 de outubro e passaria pelo segundo turno nesta quarta-feira.

Enquanto isso em Brasília...Escolhido relator da PEC dos Precatórios, líder do governo diz que que aprovação terá que 'respeitar o tempo político do Senado'

A mudança mais criticada é a do artigo que institui uma contribuição de 14% do salário para quem ganha entre um salário mínimo e R\$ 6.433.

Atualmente, quem está nessa faixa salarial não precisa contribuir com a Previdência municipal. A estimativa é de que a mudança vá impactar 63 mil funcionários públicos que atualmente estão isentos da taxa.

Há também uma mudança no tempo de contribuição. Atualmente, se aposentam os servidores homens com 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, e as mulheres com 57 anos e 30 anos de contribuição.

Caso o Sampaprev 2 seja aprovado, a idade mínima passa para 65 anos entre homens e 62 entre mulheres.

— Acabou de sair daqui para o hospital do servidor público uma funcionária atingida pelas bombas que a polícia colocou no meio dos trabalhadores. Ela teve uma fratura nas pernas. E não foi só essa trabalhadora. Também tivemos outros asfixiados com a bomba e uma trabalhadora da saúde atingida de raspão pelas balas de borracha. Estamos indignados — disse Lourdes Estevão, diretora do Sindicato dos Servidores Municipais (Sindsep).

Segundo a PM, houve dois focos de confusão. No primeiro, por volta das 16h30, houve um pequeno tumulto. No fim da tarde, às 18h30, os ânimos se acirraram. A essa altura, boa parte dos manifestantes já havia deixado a rua.

Na terça-feira, a Comissão Especial de Estudos da Câmara Municipal de São Paulo aprovou um relatório sobre o projeto que prevê uma alíquota progressiva, começando em 14% e chegando a 22% para quem recebe mais.

Segundo o texto do projeto de emenda à lei orgânica, a proposta garantirá a "higidez da previdência municipal, adaptando o regime previdenciário às regras trazidas pelas regras constitucionais".

Entre os argumentos trazidos pelo prefeito estão o aumento da expectativa de vida da população de 45,5 anos, em 1940, para 76,6, em 2019, e a mudança no perfil das pessoas que estão vinculadas ao Regime Próprio de Previdência Social. Segundo o texto, em 2010, havia 137 mil servidores ativos e 78 mil aposentados e pensionistas. Já em 2020, o número de servidores ativos caiu para 121 mil e o de beneficiários cresceu para 113 mil.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/11/2021

BEZERRA DIZ QUE TCU PODE REVER RESOLUÇÃO E ABRIR ESPAÇO PARA A MANUTENÇÃO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS

Segundo líder do governo no Senado proposta para preservar empregos em 17 setores, em análise na Câmara, não depende de compensação fiscal

Por Julia Lindner e Geralda Doca



O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) Foto: Jefferson Rudy / Agência Senado

BRASÍLIA - O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), afirmou que uma nova resolução do Tribunal de Contas da União (TCU) que deve sair na próxima semana pode criar as condições para a prorrogação da desoneração da folha salarial de 17 setores.

A manutenção do regime para setores intensivos em mão de obra está em análise na Câmara. Segundo Bezerra, isso poderá ser feito sem a necessidade compensação fiscal, o que demandaria parte do espaço aberto com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, da qual ele foi escolhido nesta quarta-feira como relator no Senado.

Bezerra disse ter conversado, nesta quarta-feira, com o ministro Aroldo Cedraz, do TCU, sobre uma consulta feita em outubro pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), sobre a necessidade de medida compensatória do Refis (Programa de Renegociação de Dívidas com a Fazenda) se ele estiver incluído no Orçamento e não prejudicar o alcance de metas fiscais.

— Já existe a manifestação da área técnica do TCU dizendo que não é necessário, nesses casos, haver a compensação. No caso dos 17 setores que estão desonerados, essa receita não está entrando nos cofres da União e, portanto, se houver possibilidade de uma nova resolução do TCU, que se espera que seja votada na próxima semana, quarta-feira, teremos criado as condições do ponto de vista técnico para que a gente possa avançar na apreciação dessa matéria na Câmara — afirmou.

Em nota, o TCU disse que o assunto é abordado em uma consulta que consta no processo da Corte. "As consultas tratam de assunto em tese e não de caso concreto. Ainda não há decisão do Tribunal. Os documentos não estão públicos no momento."

Desoneração começou em 2011

Desde 2011, uma lei permite que alguns setores façam a substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos por uma porcentagem da receita bruta das empresas.

Entre os beneficiários estão segmentos da indústria (como couro, calçados, confecções, têxtil, aves, suínos), dos serviços (como TI, call center, hotéis), dos transportes (rodoviário de carga, aéreo), construção e outros. A proposta que é discutida na Câmara prevê a prorrogação da desoneração para estes setores até 2026.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/11/2021

PEC DOS PRECATÓRIOS PRECISA DE AVAL DO SENADO AINDA NESTE MÊS PARA VIABILIZAR AUXÍLIO BRASIL DE R\$ 400 EM DEZEMBRO, DIZ ROMA

Ministro da Cidadania pede aprovação 'no mais curto espaço de tempo possível', mas relator reivindica 'tempo político' dos senadores

Por Daniel Gullino



O ministro da Cidadania, João Roma, durante sua cerimônia de posse Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil/25-02-2021

como quer o presidente Jair Bolsonaro.

BRASÍLIA — O ministro da Cidadania, João Roma, afirmou nesta quarta-feira que, caso a PEC dos Precatórios não seja aprovada no Senado até o fim de novembro, isso "irá inviabilizar" o pagamento de no mínimo R\$ R\$ 400 do Auxílio Brasil a partir do mês que vem,

— O que nós estamos trabalhando é para sensibilizar todos os senadores da importância de uma tramitação no mais curto espaço de tempo possível. Pois, de fato, se essa tramitação se estender até o próximo mês, isso irá inviabilizar que o benefício de 400 reais chegue para os brasileiros em dezembro — disse Roma, na saída de um evento no Palácio do Planalto.

A proposta foi aprovada em segundo turno na Câmara na terça-feira e foi enviada ao Senado. O líder do governo na Casa, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), foi escolhido relator, mas advertiu que a aprovação da PEC terá que 'respeitar o tempo político do Senado'.

Mudança no texto atrasaria ainda mais tramitação

Bezerra admite inclusive que os senadores façam alterações no texto, o que obrigaria uma nova votação na Câmara, atrasando ainda mais o cronograma.

No fim de outubro, o ministro João Roma havia dito que o texto precisaria passar nas duas Casas até a segunda semana de novembro. Agora, fala em até o fim do mês para a aprovação e o trabalho de "bastidor" do governo.

— Precisamos até agora, o mês de novembro, finalizar todas as tratativas, que não é apenas a aprovação da PEC. Tem todo um bastidor para viabilizar um pagamento de um folha dessa para milhões de pessoas. Precisamos fazer esse pagamento para mais de 17 milhões de brasileiros.

Apesar da declaração de Roma, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, afirmou ao GLOBO na semana passada que o governo irá partir para um plano B se a PEC não for aprovada: editar uma medida provisória de crédito extraordinário ou decretar calamidade pública.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/11/2021

RELATOR DÁ PARECER FAVORÁVEL A PROJETO QUE PRORROGA DESONERAÇÃO DA FOLHA ATÉ 2026

Expectativa do deputado Marcelo Freitas (PSL-MG) é que proposta seja analisada na próxima semana pela CCJ

O Globo



O deputado federal Foto: Nilson Bastian / Agência Câmara

BRASÍLIA — O deputado federal Marcelo Freitas (PSL-MG) apresentou nesta quarta-feira um relatório favorável ao projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento de empresas de 17 setores da economia que mais empregam trabalhadores.

Freitas é o relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Ele já havia apresentado o mesmo parecer no dia 4 de outubro, mas retirou o texto do sistema. Segundo o parlamentar, a estratégia visava conseguir um acordo para a votação.

A expectativa de Freitas é que a proposta seja analisada na próxima quarta-feira pelo colegiado de forma conclusiva, isto é, sem apresentação de recurso ao plenário. Se isso acontecer, o texto seguirá para o Senado após aprovação na comissão.

A desoneração da folha permite às empresas substituir a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários dos empregados, por uma alíquota sobre a receita bruta, que varia de 1% a 4,5%.

Entre os 17 setores da economia que podem aderir a esse modelo estão as indústrias têxtil, de calçados, máquinas e equipamentos e proteína animal, construção civil, comunicação e transporte rodoviário.

A desoneração está prevista para acabar no fim deste ano. O projeto, de autoria do deputado Efraim Filho (DEM-PB), amplia a medida até 31 de dezembro de 2026. A proposta foi aprovada pela comissão de Finanças e Tributação em setembro deste ano.

— Temos conversado frequentemente com o presidente da Câmara, e há um compromisso do presidente Arthur Lira no sentido de pautarmos já na próxima quarta-feira e fazermos com que essa matéria, de fato, seja terminativa na CCJ, sem recursos ao plenário, agilizando, portanto, a sua tramitação — disse Freitas, ao *Jornal Nacional*.

Em seu parecer, o deputado destacou que a proposta "vai ao encontro da necessidade de alavancar a economia brasileira no contexto em que o país vive".

"Em circunstâncias normais, sabemos que a carga tributária elevada que incide sobre a folha de pagamentos gera informalidade no mercado de trabalho. Lado outro, aumenta os custos das empresas brasileiras e piora a posição competitiva do país. Contudo, o país ainda passa por uma pandemia, imbuído de incertezas e sofrendo com uma economia que, ao contrário do que se esperava, teima em patinar, com alta inflação e dificuldade de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Nessa situação, nós parlamentares temos a obrigação de agir", escreveu.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/11/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

APÓS LEILÃO, ALGAR CORRE PARA ATIVAR '5G CAIPIRA' E DEFENDER POSIÇÃO

Por Circe Bonatelli



Algar pagou R\$ 65 milhões para arrematar sete lotes de frequência regionais no leilão
Foto: Dida Sampaio/Estadão

Após sair vencedora nas disputas que participou no leilão do 5G, a mineira Algar Telecom está correndo para ativar o quanto antes o sinal da nova geração de internet móvel em sua área de concessão, que pega o Triângulo Mineiro e algumas cidades dos Estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul. A Algar pagou R\$ 64,7 milhões para arrematar sete lotes de

frequência regionais nas faixas de 2,3 GHz, 3,5 GHz e 26 GHz.

Embora a ativação do 5G no interior do País tenha prazos mais dilatados que os estabelecidos para as capitais, a empresa pretende lançar o serviço móvel o quanto antes para iniciar a oferta de serviços e defender a sua posição nas áreas de cobertura. A tele tem 3 milhões de clientes, o equivalente a 1,3% do mercado de telefonia móvel, espremida entre Vivo, Claro, TIM e Oi.

A ideia é começar pela frequência de 2,3 Ghz, hoje amplamente usada para a oferta do 4G. A melhor experiência para o tráfego do 5G será na faixa de 3,5 Ghz, mas ela ainda não está liberada, pois depende de limpeza da frequência, para evitar conflitos com o sinal das antenas parabólicas.

Na visão da Algar, ativar o 5G o quanto antes será um diferencial para preservar e expandir a base de clientes. Mas não basta oferecer a nova tecnologia. Também existe o desafio de montar um pacote comercial com serviços de valor agregado, como aplicativos de vídeo, música e outras funcionalidades. Sem contar que são poucos os celulares aptos à tecnologia 5G no mercado.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/11/2021

GOVERNO CONSOLIDA REGRAS TRABALHISTAS EM NOVO DECRETO

Normas revisadas tratam de assuntos como carteira de trabalho; aprendizagem profissional; gratificação natalina; programa de alimentação; registro eletrônico de ponto; registro sindical e profissional; questões ligadas à fiscalização

Por Sandra Manfrini, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro editou decreto para consolidar as regras da legislação trabalhista em um único ato normativo. Além disso, o decreto, que ainda será publicado no Diário Oficial da União, institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista. Mais cedo, o presidente participou de solenidade no Palácio do Planalto sobre a consolidação do marco regulatório trabalhista infralegal - ou seja, os textos usados para regulamentar leis trabalhistas.

Em nota, a Secretaria Geral da Presidência diz que foi verificada a existência de centenas de atos normativos relacionadas ao direito do trabalho e que podem ser reunidas em um único ato normativo. É o que faz agora o decreto editado.



CLT

De acordo com o secretário, os 15 atos normativos que consolidam a legislação serão reexaminados a cada dois anos, com a intenção de aperfeiçoar ainda mais as regras.

As normas revisadas tratam de assuntos como carteira de trabalho; aprendizagem profissional; gratificação natalina; programa de alimentação do trabalhador; registro eletrônico de ponto; registro sindical e profissional; questões ligadas à fiscalização.

Uma das regras consolidadas abre espaço para as empresas adotarem outras formas eletrônicas para registrar o ponto dos funcionários. "Para indicar alguns exemplos desse marco histórico, se antes o registro eletrônico de ponto estava ancorado lá nos anos 80, e obrigava cada empresa a ter uma caixinha – todos nós já vimos, nas entradas das empresas, gerando filas e atrasos – agora nós damos as boas-vindas ao registro por meio de programação digital, por meio de reconhecimento facial, usando os próprios celulares das pessoas, com georreferenciamento, dando segurança jurídica tanto pra trabalhadores quanto empregadores", declarou o secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Previdência, Bruno Dalcolmo.

De acordo com o secretário, os 15 atos normativos que consolidam a legislação serão reexaminados a cada dois anos, com a intenção de aperfeiçoar ainda mais as regras.

"A norma se alinha às iniciativas de consolidar e desburocratizar o arcabouço normativo vigente, buscando facilitar o acesso da sociedade e dos operadores do direito às normas sobre direitos trabalhistas, minimizando a insegurança jurídica. Dessa forma, ficam reunidas matérias trabalhistas disciplinadas até aqui de maneira dispersa, atualizando seu conteúdo às leis vigentes, facilitando a consulta e o acesso por parte dos operadores de direito e de toda a população interessada", diz a nota da Secretaria-Geral da Presidência.

Com relação ao Programa Permanente, a Secretaria Geral informa que ele abrangerá iniciativas de revisão, compilação e consolidação de normas trabalhistas infralegais. Já o Prêmio Nacional Trabalhista tem a finalidade de estimular a pesquisa nas áreas de trabalho, segurança e saúde no trabalho, economia do trabalho, auditoria-fiscal, além de temas correlatos.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 10/11/2021*

MINISTRO DO TCU LIBERA PROCESSO DO LEILÃO DO AEROPORTO DE NATAL

Em devolução pela concessionária, o terminal de São Gonçalo será novamente leiloadado à iniciativa privada; processo estava parado por decisão de ministro do TCU

Por Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O ministro Aroldo Cedraz, do Tribunal de Contas da União (TCU), liberou o andamento do processo de relicitação do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN), que estava travado por uma decisão do ministro dada em agosto. A posição de Cedraz é importante para o governo porque no entendimento anterior do ministro, que havia paralisado o processo, o Ministério da Infraestrutura visualizava riscos para o programa de relicitações no setor de transporte, afetando não só São Gonçalo como outras concessões, como o caso do aeroporto de Viracopos.

Em devolução pela concessionária, o terminal de São Gonçalo será novamente leiloadado à iniciativa privada. Mas, para isso, o governo precisa fazer um acerto de contas com a Inframerica, hoje responsável pela operação do aeroporto. Foi em razão desse pano de fundo que Cedraz paralisou o processo de análise de relicitação do terminal, à espera de uma definição sobre o valor de indenização que terá de ser pago à concessionária.

À época, o ministro entendeu que o montante da indenização deveria estar completamente fechado antes de o governo avançar com a relicitação do aeroporto - o que incluiria a parte 'controversa', discutida em ambiente de arbitragem. Se o governo precisasse aguardar essa fase, a nova concessão correria o risco de demorar anos para sair. Para Cedraz, o montante que havia sido apresentado ao TCU era uma estimativa com "baixo grau de segurança", que poderia não corresponder ao mesmo valor de indenização que será calculado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).



Com a saída da Engevix, aeroporto de Natal passará a ser controlado integralmente pela Corporación América Foto: FRANKIE MARCONE/FUTURA PRESS

Como mostrou o Estadão/Broadcast, a situação colocou o Ministério da Infraestrutura em campo para negociar uma saída. No novo despacho, ao qual a reportagem teve acesso, Cedraz libera o andamento do processo no TCU e ainda sugere que a unidade técnica do tribunal possa priorizar a conclusão do caso em prazo suficiente para que

seja submetido ao plenário da Corte antes do fim do ano.

A mudança de posição foi gerada após a Anac apresentar ao tribunal um cálculo do valor de indenização, que ainda precisa ser chancelado pela diretoria da agência. Mesmo assim, argumentou Cedraz, o número levado pela Anac "evoluiu de uma mera estimativa para uma metodologia e um valor passível de verificação e de críticas". Com isso, passou a ser possível para área técnica do tribunal analisar a relicitação do aeroporto a partir do último cálculo apresentado.

"Nesse sentido, com o fito de não degradar o serviço público concedido e, excepcionalmente, por ser o primeiro caso de uso do instrumento da relicitação, entendo que o conteúdo da Nota Técnica 23/2021/GEIC/SRA/ANAC, mesmo não sendo definitivo, pode ser objeto do processo de asseguaração conduzido pela SeinfraRodoviaAviação", afirmou o ministro. Cedraz deixou expresso, por sua vez, que a Anac precisará notificar o tribunal caso a metodologia apresentada seja alterada.

A nova posição do ministro vai ao encontro da saída desejada pelo governo. Como mostrou o Estadão/Broadcast, o Ministério da Infraestrutura quer que o valor incontroverso da indenização esteja fechado como condição para a assinatura do contrato da concessionária que vencer o novo leilão de São Gonçalo. Se a antiga concessionária entender que o valor da indenização teria de ser maior, essa diferença é discutida num ambiente de arbitragem. Mas, a esse ponto, o aeroporto já terá sido leiloado.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 10/11/2021

CAMPOS NETO: AGENDA VERDE AFETA POLÍTICA MONETÁRIA E ESTABILIDADE FINANCEIRA

Em vídeo apresentado em evento da COP-26, o presidente do Banco Central afirmou que o tema ganhou importância com a pandemia
Por Célia Froufe, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, defendeu o acompanhamento de perto das questões ligadas à sustentabilidade pelas autoridades monetárias em todo o mundo. "Ter uma agenda de sustentabilidade é importante porque esse é um tema que afeta os dois mandatos principais dos bancos centrais: a política monetária e estabilidade financeira", afirmou,

na mesma linha em que já havia falado a diretora de Assuntos internacionais do BC, Fernanda Guardado.

Campos Neto fez a afirmação durante o evento “Divulgações obrigatórias de risco climático do setor privado - abordagens para construir mercados de capital resilientes ao clima” nesta quarta-feira, 10. O evento é promovido pelo Conselho de Divulgação dos Padrões do Clima (CDSB, na sigla em inglês) e pelo Ministério de Relações Exteriores e Comércio da Nova Zelândia, e faz parte da Conferência do Clima, a COP-26, que acontece em Glasgow. Sua participação foi por meio de um vídeo gravado. Havia a previsão de que o presidente do BC brasileiro fosse à Escócia, mas ele sofreu uma lesão em função de uma prática de esporte e decidiu ficar em recuperação no Brasil.



O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Foto: Dida Sampaio/Estadão - 24/2/2021

A proposta durante o evento foi apresentar as experiências mais relevantes do País na área ambiental. “Esse é um tema que tem ganhado mais importância depois da pandemia”, enfatizou, acrescentando que o BC tem procurado responder à evolução da demanda da sociedade nesse sentido. Na outra ponta, ele ressaltou que o Banco Central tem feito consultas públicas para receber a contribuição

da sociedade nesses temas.

Campos Neto salientou que os riscos físicos e de transição representam desafios significativos daqui para frente. Segundo ele, o sistema financeiro está intimamente ligado a esses riscos e, por isso, cabe ao BC monitorá-los. O presidente do BC mencionou as várias regulações ligadas a fatores ambientais feitas pela autoridade monetária na última década. Segundo ele, foram “muitas ações, iniciativas, políticas, parcerias, e medidas de supervisão e caráter regulatório”.

O presidente do BC explicou no vídeo que, na divulgação de riscos ESG (ambiental, social e de governança), a autarquia tem dado o tempo necessário para os agentes se adaptarem às novas exigências e, por isso, vai solicitar às instituições financeiras primeiro informações qualitativas e, numa segunda fase, informações quantitativas.

Para Campos Neto, as questões climáticas também devem ser vistas como uma oportunidade pelo setor financeiro. Enfatizou, no entanto, que o BC seguirá de perto esse interesse para supervisionar e regular o setor sempre que necessário. “Até agora, o feedback das instituições afetadas pela regulação é positivo”, afirmou, completando que uma das preocupações da autoridade monetária é estar em linha com as melhores práticas internacionais.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/11/2021



Operação de Itaqui deve iniciar em 2022, diz Daniel Dorea, diretor financeiro — Foto: Divulgação

Operação de Itaqui deve iniciar em 2022, diz Daniel Dorea, diretor financeiro — Foto: Divulgação

A Santos Brasil se prepara para o leilão de dois grandes terminais de combustíveis no Porto de Santos, o STS 08 e o STS 08A, marcado para o dia 19 de novembro. A expectativa é de uma disputa acirrada – talvez não em quantidade de concorrentes, mas em nível de interesse, avalia Daniel Dorea, diretor financeiro do grupo.

“A expectativa é que Petrobras virá forte para o STS 08A, que é o maior ativo do leilão. Temos dedicado mais tempo ao STS 08. Agora, é uma questão de entender bem os riscos de mercado, porque outras capacidades estão sendo adicionadas em Santos, por grupos que já contrataram crescimento no porto. Além disso, há os riscos próprios da execução do investimento. Estamos super dedicados em quantificar esses riscos e entender se somos competitivos”, afirmou.

O STS 08A, uma área de 297 mil metros quadrados, prevê investimentos de R\$ 678,3 milhões ao longo de 25 anos. Já o STS 08 tem tamanho menor, de 168 mil metros quadrados, e prevê R\$ 260,6 milhões de investimentos no total. Hoje, as duas áreas são operadas pela Transpetro, por meio de contrato de transição.

A Santos Brasil, cuja operação atualmente é focada em contêineres, colocou em marcha um plano de diversificação de cargas, com foco em grãos líquidos e sólidos (em especial, grãos). A empresa fez sua estreia no setor de combustíveis em abril deste ano, ao vencer o leilão de três terminais portuários em Itaqui (MA), sendo dois deles já operacionais e um que será construído do zero (“greenfield”).

A meta original de iniciar a operação dos dois terminais existentes em 2024 foi antecipada. Hoje, há uma perspectiva relevante de assumi-los no próximo ano, segundo Dorea. “Estamos correndo para obter as licenças e, se conseguirmos fechar acordo com os atuais arrendatários para a aquisição dos tanques instalados, temos uma boa chance de montar a operação no primeiro semestre de 2022”, diz ele.

“Se tudo der certo, devemos fazer R\$ 100 milhões de investimento em Itaqui em 2022”, completou o executivo. Em relação ao terminal “greenfield”, a previsão é concluir as obras em 2025, para iniciar a operação até 2026.

Para além dos planos de expansão, a Santos Brasil tem mostrado bons resultados. No terceiro trimestre, a empresa registrou lucro líquido de R\$ 66,7 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 5,5 milhões do ano anterior – em que os efeitos negativos da pandemia, sobretudo sobre as importações, ainda eram sentidos.

A receita líquida da companhia cresceu 80% no trimestre, chegando a R\$ 396,6 milhões. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) cresceu 205,8%, saltando para R\$ 152 milhões.

O volume movimentado nos três terminais de contêineres da empresa teve aumento de 26,4% no período. O avanço poderia ter sido ainda maior se não fossem os enormes gargalos logísticos vistos em todo o mundo durante a pandemia, com congestionamento de portos, demora na liberação das cargas, falta de navios e contêineres – tudo isso em meio a uma forte demanda global por bens de consumo.

Em linha com as projeções das empresas marítimas, Dorea prevê que as dificuldades logísticas perdurem até o quarto trimestre de 2022. “A percepção é que haverá demanda, porém, o teto disso será essa reorganização das cadeias de suprimento globais.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/11/2021

MINÉRIO DE FERRO CAI 3,7% NO PORTO CHINÊS DE QINGDAO, A US\$ 88,90 POR TONELADA

Preços da principal matéria-prima do aço é o menor desde maio de 2020

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo



Foto : Chinatopix via Associated Press

Os preços do minério de ferro seguem em rota de correção no mercado à vista, pressionados pela desvalorização do aço e pela menor demanda na China, maior importadora da commodity.

Nesta quarta-feira (10), o minério com teor de 62% de ferro recuou mais 3,7% no porto de Qingdao, para US\$ 88,90 a tonelada, o menor preço desde 11 de maio do ano passado, segundo a publicação especializada

Fastmarkets MB.

Em apenas dez dias, a principal matéria-prima do aço acumula baixa superior a 17%. No ano, a desvalorização chega a 44,6%.

De acordo com a Fastmarkets, participantes do mercado relataram que a demanda de minério segue enfraquecida nos portos chineses.

Na Bolsa de Commodity de Dalian (DCE), os contratos mais negociados com entrega em janeiro encerraram o dia com baixa de 4,6%, a 536,50 yuan (US\$ 83,85) por tonelada, depois de terem tocado a marca de 518,50 yuan por tonelada ao longo da sessão, no menor nível desde novembro.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/11/2021

REINO UNIDO NÃO VAI ASSINAR ACORDO PARA ELIMINAR PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

Iniciativa da Dinamarca e da Costa Rica para uma aliança de países comprometidos a limitar gradualmente a produção de petróleo e gás deve ser lançada na COP26

Por Valor — São Paulo

O Reino Unido não vai fazer parte da “Beyond Oil and Gas Alliance”, uma aliança de países impulsionada pela Dinamarca e pela Costa Rica com objetivo de eliminar gradualmente a produção de petróleo e gás. A iniciativa seria lançada nesta quarta-feira (10) na COP26, em Glasgow, na Escócia, mas foi adiada após a recusa britânica.

Um porta-voz do governo do Reino Unido disse ao The Guardian que “nenhum outro país produtor de petróleo e gás foi tão longe quanto o Reino Unido no apoio à transição gradual do setor para um futuro de baixo carbono”.

A ausência do Reino Unido, anfitrião da COP26, é considerada um embaraço diplomático. O país tem sido criticado internamente por não desistir de um novo campo de exploração de petróleo nas ilhas Shetland e de uma nova mina de carvão em no norte da Inglaterra.

“Embora a dependência do Reino Unido de combustíveis fósseis continue diminuindo, continuará havendo uma necessidade contínua, mas decrescente, de petróleo e gás nos próximos anos, enquanto aumentamos a capacidade de energia renovável”, disse a fonte citada pelo jornal britânico.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 10/11/2021

COMÉRCIO COM ORIENTE MÉDIO QUER IR ALÉM DOS ALIMENTOS

Câmara de Comércio Árabe-Brasileira aproveita as viagens de duas delegações brasileiras aos Emirados Árabes Unidos em menos de um mês para tentar ampliar a pauta de exportações com itens de maior valor agregado

Por Marli Olmos — De Dubai



Osmar Chohfi: “Esforço que temos de fazer agora é estender a pauta para produtos de maior valor agregado” — Foto: Nilani Goettems/Valor

O Brasil tem sido um grande fornecedor de alimentos para o Oriente Médio. Mas a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira aproveita as viagens de duas delegações de representantes de empresas brasileiras aos Emirados

Árabes Unidos em menos de um mês para tentar ampliar a pauta de exportações com itens de maior valor agregado, como equipamentos hospitalares, fármacos e cosméticos.

A primeira missão, composta por 43 representantes de empresas, esteve em Dubai e cidades vizinhas há duas semanas e foi liderada pela InvesteSP, agência de promoção de investimentos ligada ao governo do Estado de São Paulo. A próxima está sob comando da Confederação Nacional da Indústria. Será composta por cerca de 300 representantes de empresas e 230 associações. Trata-se da maior missão empresarial ao exterior já organizada pela CNI.

Na preparação de contatos que podem facilitar as agendas das duas missões, os dias têm sido corridos para o presidente da Câmara Árabe-Brasileira, Osmar Chohfi, envolvido com os dois grupos e mais a viagem do presidente Jair Bolsonaro à região na próxima semana. Chohfi está nos Emirados Árabes desde o início de outubro, antecipando reuniões com empresas e entidades locais que podem facilitar a expansão de negócios das companhias brasileiras.

Além da origem árabe, Chohfi é diplomata e conta com uma extensa bagagem em relações internacionais. Ele já foi embaixador do Brasil na Espanha e Equador e secretário-geral do Itamaraty.

“O Brasil é um importante parceiro dos países da Liga Árabe no que diz respeito à segurança alimentar, com a venda de grãos e carnes. O esforço que temos de fazer agora é estender a pauta para produtos de maior valor agregado”, destaca. Chohfi tem se esforçado para mostrar às empresas brasileiras as vantagens de estreitar a relação comercial com o Oriente Médio. Dubai, lembra ele, oferece uma grande capacidade logística, com portos que servem de centro de reexportação de produtos para o centro, sul e sudeste da Ásia, além da África.



Do lado das autoridades árabes, Chohfi tem tentado promover as empresas brasileiras. Na semana passada, ele aproveitou o intervalo entre as duas missões para visitar o Ministério do Comércio da Arábia Saudita, a quem apresentou uma plataforma on-line criada pela câmara, que incluiu uma espécie de vitrine virtual de produtos brasileiros e um sistema que permite o despacho aduaneiro de forma digital.

Chohfi também está de olho nos investidores árabes que podem se interessar pelos programas de parcerias de investimentos em projetos de infraestrutura brasileiros. “O Brasil conta com uma carteira de projetos e nos cabe vendê-los bem, mostrando, por exemplo, as questões voltadas à segurança jurídica.”

“O Brasil é um importante parceiro dos países da Liga Árabe no que diz respeito à segurança alimentar, com a venda de grãos e carnes. O esforço que temos de fazer agora é estender a pauta para produtos de maior valor agregado”, destaca. Chohfi tem se esforçado para mostrar às empresas brasileiras as vantagens de estreitar a relação comercial com o Oriente Médio. Dubai, lembra ele, oferece uma grande capacidade logística, com portos que servem de centro de reexportação de produtos para o centro, sul e sudeste da Ásia, além da África.

Do lado das autoridades árabes, Chohfi tem tentado promover as empresas brasileiras. Na semana passada, ele aproveitou o intervalo entre as duas missões para visitar o Ministério do Comércio da Arábia Saudita, a quem apresentou uma plataforma on-line criada pela câmara, que incluiu uma espécie de vitrine virtual de produtos brasileiros e um sistema que permite o despacho aduaneiro de forma digital.

Chohfi também está de olho nos investidores árabes que podem se interessar pelos programas de parcerias de investimentos em projetos de infraestrutura brasileiros. “O Brasil conta com uma carteira de projetos e nos cabe vendê-los bem, mostrando, por exemplo, as questões voltadas à segurança jurídica.”

Segundo ele, do Oriente Médio podem sair investimentos voltados aos projetos de energia renovável e infraestrutura em geral, além da área de desenvolvimento agrícola, setor em que o comércio exterior do Brasil é mais forte.

De janeiro a outubro, as exportações brasileiras para os 22 países da chamada Liga Árabe somaram US\$ 11,5 bilhões, alta de 26% em relação ao mesmo período de 2020. Pela ordem, os principais produtos vendidos aos mercados árabes foram: açúcar, carne de frango, minério de ferro, milho e carne bovina.

A um ano da eleição presidencial, as viagens das delegações empresariais brasileiras carregam, também, uma forte conotação política. A missão paulista foi acompanhada pelo governador de São Paulo, João Doria (PSDB) e alguns secretários. A delegação da CNI estará nos Emirados Árabes nos dias em que o presidente Jair Bolsonaro e ministros também visitarão a região.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/11/2021

SANTOS BRASIL REVERTE PREJUÍZO E TEM LUCRO DE R\$ 66,625 MILHÕES NO 3º TRIMESTRE

companhia reverteu o prejuízo de R\$ 5,4 milhões, registrado há um ano, quando as operações ainda refletiam os impactos da pandemia no setor, principalmente nas importações de contêineres
Por Taís Hirata, Valor — São Paulo

A Santos Brasil registrou lucro líquido de R\$ 66,6 milhões no terceiro trimestre de 2021, revertendo o prejuízo de R\$ 5,4 milhões, registrado há um ano, quando as operações ainda refletiam os impactos da pandemia no setor, principalmente nas importações de contêineres.

A receita líquida da companhia cresceu 80% no trimestre, chegando a R\$ 396,6 milhões. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) cresceu 205,8%, saltando de R\$ 49,7 milhões para R\$ 152 milhões.



Santos Brasil — Foto: Reprodução

O volume movimentado nos três terminais de contêineres da empresa teve aumento de 26,4% no período. O avanço poderia ter sido maior, se não fossem os gargalos logísticos no

transporte de carga marítima em todo o mundo, que tem levado a uma série de atrasos e falta de espaço em navios e contêineres.

A melhora nos resultados também se dá pelo reajuste nos contratos com os armadores, que elevou o tíquete médio das operações, principalmente no terminal do porto de Santos

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/11/2021



AGÊNCIA BRASIL - DF

ANVISA ALERTA SOBRE REQUISITOS PARA EMBARQUE EM CRUZEIROS

Pelo menos 25 pessoas não embarcaram por não cumprirem as regras

Por Pedro Peduzzi – Repórter da Agência Brasil - Brasília

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou uma nota hoje (9) na qual alerta sobre os protocolos sanitários que devem ser seguidos por viajantes em cruzeiros. Nela são apresentados os principais requisitos para embarque nesses navios cuja atividade foi retomada recentemente, com a publicação da Portaria Interministerial 658 de 2021.

Com a retomada, coube à Anvisa a definição dos protocolos sanitários para a atividade, de forma a reduzir os riscos de contaminação e a disseminação do vírus da covid-19 nos cruzeiros. “Todos os viajantes devem observar atentamente as regras, documentos e prazos necessários para que tenham o embarque autorizado pelas empresas, que são responsáveis por garantir o cumprimento das normas”, diz a nota.

Segundo a agência, pelo menos 25 passageiros de navios de cruzeiro não puderam embarcar desde a última sexta-feira (5) porque não comprovaram ter recebido a vacinação completa contra covid-19 ou por não cumprirem o período de 14 dias que é necessário para a vacina gerar imunização no corpo humano. .

Esse prazo de 14 dias é definido pelo Programa Nacional de Imunizações como necessário para se atingir a melhor imunização. Para fins de comprovação, é indispensável a apresentação do Certificado Nacional de Vacinação contra Covid-19.

Ainda entre os requisitos para embarque está a obrigação de apresentação de teste do tipo RT-PCR negativo feito até 72 horas antes do embarque ou de teste de antígeno feito até 24 horas antes do embarque; e o preenchimento de formulário contendo informações sobre as condições de saúde do viajante.

“Esse formulário deve ser apresentado por todos os passageiros, inclusive menores de idade e tripulantes. O responsável pela embarcação é quem irá avaliar as informações prestadas e poderá negar o embarque”, informa a Anvisa.

Também deve ser feita testagem diária de 10% dos passageiros a bordo e de 10% da tripulação. “Testes positivos não poderão ser descartados por um segundo teste (contraprova)”, diz a Anvisa.

Além disso, a lotação máxima da embarcação é limitada a 75% da capacidade de passageiros; e o espaçamento a bordo deve ser de 1,5 metro entre grupos de viajantes (grupo familiar ou grupo de pessoas que viajam juntas).

Toda a tripulação a bordo deverá fazer testagem semanal; e, em casos suspeitos a bordo, as cabines devem ficar isoladas. As embarcações devem ter também seus protocolos aprovados previamente pela Anvisa, além de notificar diariamente a situação de saúde a bordo.

Edição: Aline Leal
Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 10/11/2021



DIÁRIO DO NORDESTE - CE

PORTO DO PECÉM BATE RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS EM 2021



Porto do Pecém mira 20 milhões de toneladas movimentadas em 2021 – Foto: Carlos Marlon

O Porto do Pecém encerrou outubro batendo recorde na movimentação de cargas. No acumulado de 2021, considerando os 10 primeiros meses do ano, o terminal já acumula o fluxo de 18,107 milhões de toneladas, maior resultado da história.

Mesmo faltando dois meses para o fechamento anual, o porto já superou a marca que até então era a maior, correspondente ao ano de 2019 inteiro (18,100 milhões de t).

Com os fortes números registrados neste ano até o momento, o presidente do Complexo do Pecém, Danilo Serpa, projeta que o porto deve bater, pela primeira vez, o patamar de 20 milhões de toneladas, uma “incrível marca”, nas palavras dele.

“Esse resultado é a confirmação da retomada do crescimento das movimentações do nosso terminal. Os números indicam o melhor período acumulado da nossa história. Em dez meses superamos todo o ano de 2019, quando registramos nossa melhor movimentação desde que o Porto do Pecém foi inaugurado em 2002”. – DANILO SERPA, Presidente do Complexo do Pecém

Em outubro, foram movimentados 2 milhões de toneladas, das quais 1,4 milhão desembarcado e 676 mil embarcadas para portos do Brasil e do mundo.

LISTA DOS PRINCIPAIS ITENS

Os principais produtos que passaram pelo porto no período foram:

- Minérios
- Combustíveis minerais
- Ferro fundido
- Cereais
- Sal e produtos da indústria de moagem.

Em outubro, a movimentação foi 68% superior ao assinalado em igual período de 2020.

Fonte: *Diário do Nordeste* – CE

Data: 10/11/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ICS E IMO SE REÚNEM COM O GREEN CLIMATE FUND PARA DISCUTIR A PROVISÃO DE ATÉ US \$ 1,5 MILHÃO PARA ACELERAR O FUNDO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE CARBONO ZERO

Da Redação *NAVEGAÇÃO* 10 Novembro 2021



Em encontro paralelo à COP26 em Glasgow, o diretor executivo adjunto do Fundo Verde para o Clima, o secretário-geral da Organização Marítima Internacional (IMO) e o secretário-geral da Câmara Internacional de Navegação se reuniram para discutir opções de financiamento para o proposto 'Fundo de Pesquisa Marítima da IMO' (IMRF).

Um dos principais objetivos do encontro foi desenvolver soluções potenciais para garantir que as economias em desenvolvimento da América Latina, Caribe, África, Europa

Oriental, Ásia Central e Pacífico possam acessar tecnologia e financiamento para navios com emissão zero de carbono e a infraestrutura necessária.

Uma solução a ser discutida nas próximas semanas é a disponibilidade potencial de até US\$ 1,5 milhão do GCF Project Preparation Facility (PPF) para acelerar a criação do IMRF; e um fundo de pesquisa e desenvolvimento de US\$ 5 bilhões para acelerar a pesquisa e o desenvolvimento em tecnologias de emissão zero a serem usadas por transporte marítimo.

O PPF, a ser solicitado por uma entidade credenciada pelo GCF para desenvolver a proposta, poderia ser usado para pagar a viabilidade e o trabalho de governança necessários para estabelecer o fundo rapidamente assim que ele for aprovado pela IMO. A proposta do IMRF proporcionaria níveis garantidos de financiamento a todos os países membros, sem nenhum custo para os contribuintes, para acelerar a produção de navios com emissão zero.

A Organização Marítima Internacional (IMO) deve revisar uma proposta para formar um programa de P&D de US\$ 5 bilhões em seu próximo Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, a ser realizado logo após a COP26. O fundo de US\$ 5 bilhões seria supervisionado pela IMO e financiado por meio de uma contribuição obrigatória para P&D pelos armadores de US\$ 2 por tonelada de combustível naval consumido. A indústria marítima quer o fundo em vigor até 2023.

Javier Manzanares, diretor executivo adjunto do Fundo Verde para o Clima, disse: “O GCF apóia o objetivo de reduzir as emissões na indústria marítima. O proposto fundo de pesquisa e desenvolvimento poderia fornecer acesso a tecnologias climáticas para países em desenvolvimento com o objetivo de reduzir a pegada de CO2 da indústria naval, o que seria muito bem-vindo. O GCF está orgulhoso de ter se juntado ao compromisso global de metano, que tem fortes sinergias com esta iniciativa, e dá as boas-vindas aos movimentos para promover a inovação que irá conduzir a transformação climática da indústria marítima.”

Guy Platten, secretário-geral da Câmara Internacional de Navegação, comentou: “Em 2019, nossa indústria apresentou uma proposta para criar um fundo de inovação de US\$ 5 bilhões para dar o pontapé inicial na P&D necessária para implantar as tecnologias necessárias para entregar um futuro de emissões zero. Isso não acrescentaria um centavo em impostos e proporcionaria um fundo que poderia ser alavancado pela indústria e pelos governos.”

A reunião também discutiu a possibilidade de o GCF fornecer apoio adicional às economias em desenvolvimento para atrair fundos equiparados, o que poderia aumentar significativamente os níveis de P&D disponíveis.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/11/2021

SANTOS BRASIL REPORTA LUCRO LÍQUIDO DE R\$66,6 MILHÕES NO TERCEIRO TRIMESTRE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 10 Novembro 2021



Movimentação de contêineres nos três terminais portuários da companhia apresentou volume 26,4% superior em relação ao mesmo período do ano anterior

A Santos Brasil fechou o terceiro trimestre com um aumento de 26,4% no volume de contêineres movimentados, com 321.448 unidades em seus três terminais portuários frente ao mesmo intervalo de 2020. O resultado foi conquistado apesar dos atuais desafios enfrentados na logística global e na cadeia de suprimentos que, intensificados pela demanda

persistente na maior parte dos mercados globais, provocaram choques na oferta de navios e contêineres utilizados na circulação de bens e mercadorias, reduzindo assim o volume potencial do terceiro trimestre.

O Tecon Santos teve crescimento de 30,7% ano contra ano na movimentação de contêineres, com 280.851 unidades, superando no terceiro trimestre o registrado no Porto de Santos (+13,5%). O destaque no terminal santista foi o volume de contêineres cheios de importação, com alta de 69,1% (ano contra ano).

No Tecon Vila do Conde (PA) foi apurado no terceiro trimestre um total de 29.278 contêineres operados, aumento de 11,1% em comparação com o terceiro trimestre do ano passado, com crescimento expressivo da cabotagem (mais 30,3% frente ao terceiro trimestre de 2020) e um bom desempenho também na navegação de longo curso (mais 3,4% contra o terceiro trimestre de 2020).

O Tecon Imbituba registrou queda de 13% (ano contra ano) no volume movimentado de contêineres, com 11.319 unidades, reflexo do menor transporte de carga via cabotagem.



Já o TEV registrou a movimentação de 42.169 veículos (+9,0% ano contra ano), sendo a exportação 3,6% maior frente ao terceiro trimestre de 2020 e a importação tendo crescimento de 107,8% em relação ao terceiro trimestre de 2020.

No terceiro trimestre, a Santos Brasil Logística armazenou 19.282 contêineres (+90,1% ano contra ano), resultado das importações crescentes no Porto de Santos, considerando a captação de contêineres de outros terminais para armazenagem nos CLIA's, principalmente. O impacto positivo das importações para a SBLog ocorre nos serviços de armazenagem alfandegada e na prestação de diversos outros serviços integrados à cadeia de suprimentos dos clientes, como operações de entreposto aduaneiro, cross-docking, gestão de estoque, distribuição, transporte, entre outros. Na comparação com o segundo trimestre, o volume armazenado da SBLog registrou aumento de 16,3%.

Em relação aos três terminais de líquidos em Itaquí/MA, arrematados no início do ano, a companhia apresentou o Plano Básico de Instalação dos investimentos, que está sob análise da autoridade portuária (Emap) e está em andamento com a contratação da engenharia básica e conceitual. E também com o registro da Santos Brasil perante a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A companhia persegue a sua estratégia de iniciar as operações dos dois terminais brownfield ao longo de 2022, antecipando a execução do plano de negócios original.

Os resultados financeiros mostraram que a receita líquida somou R\$ 396,6 milhões (+80,0% frente ao terceiro trimestre de 2020), reflexo do crescimento de volume e melhora de mix em todas as unidades de negócio e, também, do aumento do ticket-médio, principalmente no Tecon Santos, resultado da renegociação de contratos com armadores. Comparado ao terceiro trimestre de 2019, base sem impactos da pandemia da Covid-19, a receita líquida do terceiro trimestre cresceu 58,5%.

Daniel Pedreira Dorea, diretor econômico-financeiro e de relações com investidores da Santos Brasil, comenta que o balanço poderia ter sido ainda melhor, se a cadeia de suprimentos global não estivesse tão estressada. "É um resultado forte, tanto do ponto de vista de volume como do próprio resultado financeiro em si. Ou seja, é um resultado sólido para a companhia, mas poderia ter ido além. Estávamos preparados para fazer volumes acima de 100 mil contêineres ao mês no Tecon Santos. Mas não fizemos, e não por conta da demanda. Há um mercado querendo consumir, há indústrias comprando insumos querendo produzir, mas a restrição na oferta de capacidade em navios, em contêiner, limitou o nosso crescimento potencial", pondera.

O EBITDA da Santos Brasil do terceiro trimestre somou R\$ 152,0 milhões (+205,8% ano a ano), com margem EBITDA de 38,3%. Em relação ao EBITDA reportado no terceiro trimestre de 2019, período sem efeitos da pandemia da Covid-19, houve aumento de 156,3%. Excluindo-se os efeitos não recorrentes, o EBITDA do terceiro trimestre foi de R\$ 155,6 milhões, com margem EBITDA de 39,2%.

A companhia apurou lucro líquido de R\$ 66,6 milhões no terceiro trimestre, revertendo o prejuízo líquido de R\$ 5,4 milhões do terceiro trimestre de 2020.

No terceiro trimestre, o Capex totalizou R\$ 88,1 milhões, sendo R\$ 42,4 milhões destinados ao pagamento das outorgas dos terminais de líquidos de Itaquí e R\$ 37,3 milhões alocados nas obras de expansão e modernização do Tecon Santos.

A companhia mantém seu guidance de volume de cais (1,3 - 1,4 milhão de contêineres), EBITDA (R\$530 - R\$ 580 milhões) e CapEx (R\$ 250 - R\$ 300 milhões) para o exercício de 2021.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 10/11/2021

MAIS DUAS EMPRESAS HABILITADAS PARA A SEGUNDA RODADA DA CESSÃO ONEROSA

Da Redação OFFSHORE 10 Novembro 2021



A ANP publicou nesta quarta-feira (10) mais duas empresas habilitadas para a Segunda Rodada de Licitações dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa: Petrobras e Shell Brasil Petróleo. Ambas foram aprovadas nesta terça-feira (9) em reunião da Comissão Especial de Licitação (CEL). São dez empresas aptas para a licitação até o momento, já que Chevron Brasil Óleo e Gás, Ecopetrol Óleo e Gás do Brasil, Enauta Energia, Equinor Brasil Energia, Exxonmobil Exploração Brasil, Petrogal Brasil, Petronas Petróleo Brasil e Totalenergies E&P Brasil já haviam sido aprovadas em 3 de

novembro.

Prevista para 17/12, a Segunda Rodada da Cessão Onerosa irá ofertar as áreas de Sépia e Atapu, ambas inseridas dentro dos limites do polígono do pré-sal. A Resolução CNPE nº 09/2021 estabeleceu que o Edital da Segunda Rodada de Licitações dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa sob o regime de partilha de produção indicaria a participação obrigatória da Petrobras como operador, com 30% para ambas as áreas.

Outros pedidos poderão ser analisados nas próximas reuniões da CEL. A habilitação é obrigatória e individual para cada interessada, mesmo para aquelas que pretendam apresentar oferta mediante consórcio. Cumpridas as exigências estabelecidas no edital, e tendo sido a habilitação julgada e aprovada pela Comissão Especial de Licitação, as empresas poderão apresentar ofertas para as áreas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/11/2021

PORTO DE IMBITUBA REGISTRA ALTA DE 84,4% NA MOVIMENTAÇÃO DE OUTUBRO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 10 Novembro 2021



O Porto de Imbituba tem alta na movimentação pelo 4º mês consecutivo, com o registro de 694,4 mil toneladas em outubro. Em relação ao mesmo período do ano passado, representa uma alta de 84,4%, o melhor mês de outubro relatado na história do porto.

Em 2021, houve crescimento em todos os meses do ano, com exceção da retração de 26,5% em junho, se comparado a 2020. De janeiro a outubro, o porto recebeu mais de 5,6 milhões de toneladas, representando um aumento de 20,1% em relação ao ano anterior.

Ao todo, o Porto de Imbituba recebeu 36 atracções em outubro. As principais cargas movimentadas foram o coque (140,8 mil t), o minério de ferro (124,8 mil t), a ureia (87 mil t) e o sal (74,4 mil t). Vale destacar os volumes de milho, farelo de soja, toras de madeira, celulose, malte/cevada e barrilha.

As importações lideraram as operações (52,9%), seguidas das exportações (33,1%) e da cabotagem (14%). Destaque para as importações de coque, ureia e o sal, e, na importação, novamente o coque, minério de ferro e farelo de soja.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/11/2021

SUAPE REALIZA SIMULAÇÃO ANUAL DE VAZAMENTO DE ÓLEO PARA AVALIAÇÃO DE PLANOS DE EMERGÊNCIA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 10 Novembro 2021



Foram analisados os procedimentos de resposta e os fluxos de comunicação em um cenário hipotético de derramamento de óleo nas imediações do Cais 1

O Complexo Industrial Portuário de Suape realizou, na manhã desta terça-feira (10), o exercício dos Planos de Controle de Emergência (PCE) e de Emergência Individual (PEI). O objetivo foi avaliar o fluxo de comunicação e as ações de resposta a uma possível emergência empregada para contenção e recolhimento de óleo derramado no mar em decorrência de um acidente. Este ano, o cenário

hipotético escolhido foi o de um acidente de trânsito envolvendo um caminhão-tanque na área do Cais 1, com vazamento de óleo diesel e possibilidade de escoamento do produto tóxico para o mar.

Durante a simulação, foram avaliados os procedimentos de resposta previstos em ambos os planos e testados os fluxos de comunicação, acionamento e atendimento por parte da empresa contratada pela autoridade portuária para atendimentos desta natureza, bem como a interação com os órgãos intervenientes.

Para o coordenador de Gestão Ambiental Portuária, Paulo Teixeira, a realização de exercícios simulados constitui uma prática necessária à identificação de pontos de melhoria, à manutenção das condições de segurança das atividades portuárias e à proteção ambiental da área e do entorno. “No simulado, nós podemos errar. É o momento de fazermos as observações e as correções. Essa ação de hoje contou com um público que contribuiu bastante, de forma propositiva, para melhorarmos o processo, a exemplo de representantes de órgãos como CPRH, Ibama, Antaq, Capitania dos Portos, Agência Nacional do Petróleo (ANP), além de várias empresas e de terminais que atuam no porto”, explicou o coordenador.

O PEI é uma exigência da Lei 9.966, de 28 de abril de 2000 (art.7º), que diz: “Os portos organizados, instalações portuárias e plataformas, bem como as instalações de apoio, deverão dispor de Planos de Emergência Individual”. Além disso, está embasado pela Portaria nº 104/2009, da Secretaria Especial de Portos, e pelo Índice de Desempenho Ambiental (IDA), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

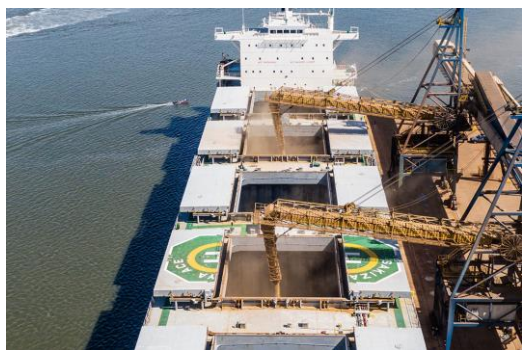
Para atender à Norma Reguladora 29 (NR-29), que institui a obrigatoriedade do Plano de Controle de Emergência (PCE), optou-se pela escolha de um cenário acidental que, embora integrante do PEI, pudesse envolver impactos em solo e no mar.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/11/2021

ESTUDOS PARA DESESTATIZAÇÃO DE SÃO FRANCISCO DO SUL E IMBITUBA EM FASE INICIAL

Por Danião Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 09 Novembro 2021



Arquivo/Divulgação

Ministério da Infraestrutura espera que mapeamento ocorra até meados de 2022 e audiência pública seja realizada em 2023.

O governo afirma que abrirá consulta pública para tornar os portos de São Francisco e Imbituba mais competitivos, viabilizando uma demanda reprimida identificada em Santa Catarina. O secretário nacional de portos e transportes aquaviários, Diogo Piloni, salientou

que o processo está no começo e que o mapeamento e relatórios de due diligence devem ocorrer até meados de 2022. A previsão do Minfra é que a fase de audiência pública da desestatização ocorra em 2023.

“Estamos vindo antes de contratar estudos para deixar claro o cumprimento do dever de transparência e a abertura para construir um modelo que atenda o estado de Santa Catarina nas suas necessidades”, afirmou Piloni, nesta terça-feira (9), durante audiência pública na Assembleia Legislativa de Santa Catarina sobre a desestatização dos portos catarinenses.

Na ocasião, Piloni disse que o objetivo é evitar que ocorra com o mercado de grãos e de carga geral a perda de share que ocorreu com operadores de contêineres nos portos catarinenses. Ele frisou que os estudos devem considerar o respeito aos contratos vigentes, assegurando a utilização da mão de obra do trabalhador portuário avulso (TPA) dentro da poligonal. O secretário alega que a pauta de desestatização vai gerar oportunidades de empregos e que o trabalho dos avulsos será contemplado com o crescimento da demanda.

Ele acrescentou que os planos de zoneamento dos portos (PDZs) serão cumpridos pelos concessionários e que qualquer alteração passa pelo poder concedente. Antes de apresentar propostas de mudanças ao Ministério da Infraestrutura, o concessionário será obrigado a colher opinião dos conselhos de autoridade portuária (CAPs), anexando as manifestações desses conselhos aos pleitos. “O modelo de desestatização de Imbituba e de São Francisco do Sul precisa ser estabelecido com base em estudos, acordos com riscos e oportunidades de cada ativo e seguirá o rito de concessão federal”, disse Piloni.

Ele afirmou que Imbituba tem necessidade de avaliar um passivo histórico entre o concessionário e a União. Segundo Piloni, Imbituba tem a questão da dependência financeira da Santos Brasil e gargalo na recepção rodoviária. Uma possibilidade é atribuir ao concessionário a obrigação de fazer melhorias no acesso terrestre ao porto (BR-101). Com poucas linhas de contêineres atualmente, será discutido se o modelo terá que revocar Imbituba ou retomar o mercado desse tipo de carga.

O Porto de São Francisco do Sul tem investimentos da ordem de R\$ 300 milhões a serem feitos, principalmente para derrocamento e redução de restrições à navegação, elevando o calado de 12,5 metros para 15 metros. Outros pontos a serem resolvidos passam por solução de conflitos da relação porto-cidade e melhorias da operação de granéis sólidos, que hoje é ineficiente e precisa de aporte de investimentos em equipamentos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/11/2021

‘RJ RETOMARÁ VOCAÇÕES COM OLHAR PARA ECONOMIA DO MAR’, DIZ SECRETÁRIO

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 09 Novembro 2021



Divulgação Secretaria de Desenvolvimento Econômico RJ

Vinícius Farah, que comanda a secretaria de desenvolvimento econômico, energia e relações internacionais do Rio de Janeiro diz que legislações estaduais estão sendo revistas para recuperar competitividade, atrair novos investimentos e trazer de volta empresas que saíram durante a crise.

O estado do Rio de Janeiro afirma ter lançado um olhar mais atento à Economia do Mar, a fim de tentar aquecer todas as potencialidades que abrangem uma série de atividades, desde a pesca e atividades portuárias à construção naval e ao setor de petróleo e gás. A secretaria estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais criou uma superintendência voltada para essas questões e dialoga com a equipe econômica meios de ajustar a legislação setorial a fim de ter mais competitividade com economias do Sudeste, principalmente São Paulo.

“Estamos focados com grandes oportunidades de negócios para o estado e para a economia do estado do Rio de Janeiro. Estamos avançando nas conversas e adequações de legislação com o cluster naval. Estamos bem avançados nessa visão de garantir ao segmento uma série de oportunidades”, afirmou o secretário estadual de desenvolvimento econômico, energia e relações internacionais do Rio de Janeiro, Vinícius Farah, em entrevista exclusiva à Portos e Navios.

Farah disse que o Rio de Janeiro vem correndo atrás do prejuízo para trazer de volta empresas que deixaram o estado e aquecer a economia a partir de novos projetos e investimentos do setor privado em atividades ligadas principalmente aos setores portuário, marítimo e de petróleo e gás. “Estamos fazendo o dever de casa, modernizando e enxergando legislações, principalmente de São Paulo, que é a grande ameaça desse setor para o Rio de Janeiro. Estamos buscando nesse grande mapeamento enxergar o que temos de menos para, na pior das hipóteses, ‘colar’ com a legislação de São Paulo”, explicou.

O secretário destacou a atração de investimentos privados para o complexo portuário e industrial do Porto do Açu, no Norte Fluminense, onde está implementada uma zona de processamento de exportações (ZPE) e há perspectivas de aumento do volume de fertilizantes importados. “Temos uma cadeia que está sedenta. Temos a questão do Rio de Janeiro voltar a ser polo do setor offshore, que perdeu tudo. O Rio de Janeiro esqueceu de olhar para suas vocações. Outros estados se modernizaram, criaram legislações e o Rio ficou parado. E o mercado não permite mais isso. Ou é ágil na mesma proporção, ou vai ficar para trás”, ressaltou.

Confira abaixo a entrevista de Vinícius Farah à Portos e Navios:

Portos e Navios: Há pelo menos oito anos, a indústria naval fluminense, berço da construção naval no país, enfrenta dificuldades quanto à dificuldade de projetos. Já é possível enxergar soluções concretas no horizonte?

Vinícius Farah: Uma das primeiras coisas que enxerguei ao chegar na secretaria é que não dava para um estado com 22 municípios e 10,4 milhões cidadãos fluminenses cortados pelo oceano não ter uma política pública estadual específica para o setor. Isso era uma grande fragilidade que o estado permitiu durar durante todas essas décadas. A primeira ideia foi criar na secretaria uma superintendência com foco só em políticas públicas voltadas para a Economia do Mar, que vai desde o cuidado com a questão do Promar, do Cluster Naval até o pescador de Maricá que não tem no estado nenhum tipo de política pública voltada para soluções do que ele precisa.

Apresentamos ao governador [Cláudio Castro] o projeto de criação de um grupo de trabalho e a criação de uma superintendência. Na semana retrasada nomeamos esse superintendente oriundo



da Marinha [Marcio Vasconcellos], um técnico que vem do cluster naval. Não é indicação política, o próprio setor nos sugeriu um técnico para que tenhamos ação tocada por quem entende e por quem fala pelo setor para produzirmos soluções rápidas de legislação, linhas de crédito, programas de compras públicas que envolvem o setor.

Hoje, a secretaria tem um setor exclusivo. A Fundação Niemeyer tem estudo profundo de todas as potencialidades da baía, do cluster naval, das operações turísticas da Baía de Guanabara. Estamos focados como grande oportunidade de negócios para o estado e para a economia do estado do Rio de Janeiro. Estamos avançando nas conversas e adequações de legislação com o cluster naval. Estamos bem avançados nessa visão de garantir ao segmento uma série de oportunidades validadas pelo ente público.

PN: Como a Secretaria vê o momento do setor de O&G? Qual horizonte é possível enxergar para o estado do Rio de Janeiro?

VF: Temos percebido isso com a confirmação de grandes negócios. Falamos de mais de 80% de produção de petróleo e 64% da produção de gás no estado. Por regra, nosso estado sai na frente. Com muito cuidado, estamos mapeando todas as legislações do setor. Quando ela está dentro da região Sudeste, principalmente São Paulo e Espírito Santos, temos usado a ferramenta que nos permite 'colar' a legislação.

O Rio pode até não construir o melhor produto imediatamente, mas vai entregar igual produto dos outros estados da região Sudeste, que é onde o Confaz [Conselho Nacional de Política Fazendária] permite 'colar' a legislação. Tem vários projetos acontecendo. Temos o Porto do Açu, finalizando a legislação da ZPE (zona de processamento de exportação). Como a do Açu é a maior e tem todo o histórico de operação, optamos por gastar energia primeiro no mega produto para ZPE para o Porto do Açu e, ajustando à realidade de cada operação, mas com a matriz mais macro, que é o Porto do Açu. Está na Casa Civil, que, juntamente com a Procuradoria-geral do estado, está formatando a ZPE do Açu que, a partir dela, conseguimos replicar, dando desdobramento dessas zonas especiais de exportação em todo o estado.

O pólo Gaslub [antigo Comperj] consolida o setor no estado do Rio. Só hoje existem quase 4.500 funcionários trabalhando, com previsão de início de operação em julho ou agosto de 2022, algo em torno de R\$ 17 bilhões de investimentos, podendo chegar a quase 10.000 empregos diretos. Estamos promovendo o fortalecimento da cadeia produtiva, incentivando condomínios industriais para o entorno da operação. O estado está atento a essas regionalidades e potencialidades.

PN: O senhor disse em entrevista recente que tem ido a muitos eventos no Porto do Açu. Quais os projetos mais relevantes previstos para esse complexo?

VF: Existem projetos já bem adiantados de energias embarcadas, em razão desse risco de ausência de energia em razão da crise hídrica. Surgiu essa alternativa de produção de energia embarcada. O Porto do Açu é uma importante ferramenta para que isso aconteça. Tem a questão dos fertilizantes, que tem tudo a ver com aquele tipo de operação e é pauta prioritária nas discussões, principalmente quanto à legislação e à questão tributária.

O Porto do Açu é para nós, talvez, o melhor leque de produtos para consolidar essa política pública de O&G e de fertilizantes em todo o estado. Temos defendido que o Porto do Açu é uma operação de país e não dá para o governo federal enxergá-lo como operação privada. Pouco importa se está sendo tocado dentro de um desenho privado ou público, importa a oportunidade de negócios que ele vai gerar.

PN: O quanto o novo mercado de gás e seus respectivos projetos podem contribuir com a economia, gerando empregos, renda e reaquecendo o transporte aquaviário de cargas de projetos no RJ? Nesse contexto, o quanto as novas rotas de escoamento de gás podem agregar, caso os principais projetos se viabilizem passando pelo RJ?



VF: Estamos fazendo dever de casa, modernizando e enxergando legislações, principalmente de São Paulo, que é a grande ameaça desse setor para o Rio de Janeiro. Nem sempre conseguimos ter um produto tão eficaz e na temperatura tão boa quanto São Paulo. Estamos buscando nesse grande mapeamento enxergar o que temos de menos para, na pior das hipóteses, 'colar' com a legislação de São Paulo. A nível de legislação e benefício, ficando igual, o Rio é sempre a escolha mais assertiva pela sua potencialidade e volume que o setor oferece.

Apesar de sermos 64% donos do gás nacional, não acontece na prática porque a legislação às vezes acaba não sendo tão boa quanto a de outros estados. Temos feito reuniões com grandes empresas do setor. Recebemos há 60 dias e receberemos em novembro a Gazprom (Rússia), que hoje tem um dos maiores projetos mundiais que tem tudo para acontecer no RJ. Estamos mostrando a essas empresas que o Rio está atento e recuperando tempo perdido, quando ficou para trás a nível de ferramentas e legislação. Todo dia recebemos grandes empresas nacionais e internacionais já definindo projetos no RJ e não dá pra perdermos oportunidades sendo nós o grande polo de energia do país.

PN: Essa formatação seria mais questão tributária a fim de igualar esse incentivo ao de outros estados?

VF: Tudo que coloca o Rio sob risco de não consolidar negócios é uma legislação que ficou desatualizada quando o Rio não enxergou, na pior das hipóteses, acompanhar os outros estados (...). São Paulo foi mais ágil e produziu legislação mais moderna e eficaz. Como o Confaz nos permite 'colar', estamos partindo para o que conseguimos entregar mais rápido que é a 'colagem da lei'.

PN: O regime de recuperação fiscal não impacta nesse tipo de projeto?

VF: A 'colagem' da lei, mesmo com regime de recuperação fiscal, nos permite usar esse tipo de benefício.

PN: Como tem sido a interface da Secretaria com o Cluster Tecnológico Naval do RJ? Quais vêm sendo as principais frentes de colaboração?

VF: É um projeto que envolve quase US\$ 3,6 bilhões. A grande reclamação é que o estado não tinha política pública para uma operação que movimentaria bilhões de reais e é importante pelas vocações do mar e potencialidade. Avançou a nível de legislação federal e, na sua origem, o RJ não tratava o setor com devida importância. Com a superintendência, temos em 10 dias conseguido entregar modelagem de nova legislação para atrair. Tem a questão da retomada da produção de navios, de estaleiros, dos portos. Temos uma cadeia que está sedenta. Temos a questão do Rio de Janeiro voltar a ser polo do setor offshore, que perdeu tudo. O Rio de Janeiro esqueceu de olhar para suas vocações. Outros estados se modernizaram, criaram legislações e o Rio ficou parado. E o mercado não permite mais isso. Ou é ágil na mesma proporção, ou vai ficar para trás.

PN: Os efeitos da chegada de novas operadoras para operação de campos maduros de exploração de petróleo já podem ser percebidos? Em qual proporção esses campos podem ajudar a movimentar a economia fluminense?

VF: A questão do descomissionamento é uma prioridade. Já estive por duas vezes com o ministro Bento Albuquerque [Minas e Energia] visitando campos maduros. Em Campos, visitamos a plataforma de Pampo. Daqui a dois anos, ela seria toda ela desmontada e sumiria do mapa. Através de operação com Trident Energy, em apenas um ano já são mais de 1.250 colaboradores dentro dessa operação, que está 100% maior do que era. Está claro que o Rio de Janeiro perdeu tempo. O governo federal e estadual reconhecem isso e buscam recuperar o tempo perdido. Essa questão dos campos maduros é mais um exemplo de que se agiu errado e de que há tempo de recuperar.

Quando criamos um departamento e superintendência, todos esses temas de campos maduros, sucatas, dos portos e das plataformas são fontes de negócios dentro desses estudos que precisam ser feitos por quem é técnico da área. Criamos um departamento técnico para inserir as melhores soluções.

PN: A comissão de indústria naval da Alerj [Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro] também é uma interlocução importante?

VF: Já fizemos duas ou três reuniões com essa comissão. Estamos alinhados que é para o bem do estado e precisamos juntar forças. Eles têm coisas boas para entregar, nós temos coisas boas para entregar e nessa visão é que, juntos, podemos construir um produto para fazer com que o RJ volte a ser exemplo e modelo para o setor naval e tudo aquilo que mexe com a energia e a Economia do Mar.

PN: Além do Porto do Açu, qual tem sido o olhar da Secretaria para os portos do estado do Rio de Janeiro: Porto do Rio, Niterói, Forno, Maricá, Angra, Itaguaí? Qual potencial desses empreendimentos, considerando novas possibilidades de acessos terrestres e a atração de novas cargas?

VF: Uma das prioridades da pauta do governo estadual é a ferrovia que atenderá o Porto do Açu, principalmente quando a operação de fertilizantes estiver consolidada no porto. É uma pauta que, toda vez que o governador [Cláudio Castro] vai a Brasília, está na agenda dele sentar com o ministro Tarcísio de Freitas [Infraestrutura] para reforçar a importância da ferrovia para atender o Porto do Açu. Cada porto citado tem sua característica, potencial e tamanho. Dentro de cada particularidade e realidade, estamos modulando legislações para atender cada um deles dentro dessas especificações.

PN: O quanto eventuais mudanças nas políticas tributárias podem interferir na atração de novas cargas para movimentação nos portos do RJ?

VF: Temos um alinhamento maduro e responsável com o governo federal (Ministério da Economia). Uma das grandes missões foi convencê-los a visitar a operação do Porto do Açu. O governo federal tinha uma visão um pouco equivocada daquela operação por ela ser privada e fomos desmistificando isso. Estamos criando uma nova fórmula de grupo de trabalho, focada para a desburocratização. Havia uma série de atores e hoje só quem vai validar benefícios e questões tributárias no estado será um órgão com três votando: os secretários de Fazenda, de Desenvolvimento Econômico e da Casa Civil. É uma maneira enxuta de dar rapidez àquilo que envolva benefícios fiscais e legislações que possam atrair novos investimentos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 10/11/2021

ITAJAÍ ENTREGA PEDIDO DE MANUTENÇÃO DA AUTORIDADE PORTUÁRIA AO GOVERNO FEDERAL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 09 Novembro 2021



O município de Itajaí protocolou junto ao governo federal pedidos de prorrogação do convênio de delegação e plano de revisões para a manutenção da autoridade portuária pública municipal nesta terça-feira (9), em Florianópolis.

Na lista de documentos enviados está o termo aditivo da prorrogação em 25 anos do convênio entre a União e o município de Itajaí, responsável por municipalizar a autoridade portuária e a revisão da poligonal do Porto Organizado de Itajaí. Também foram entregues o Plano de



Demissão Voluntária e o plano da nova Estrutura Organizacional da Superintendência do Porto de Itajaí.

A autarquia municipal chegou a superar a marca de 400 servidores e hoje conta com pouco mais de 100, devido aos planos de demissões anteriores. O plano atual reduzirá estrutura mínima de 34 cargos, sendo 26 efetivos e oito comissionados.

O ofício e seus anexos foram entregues pelo prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni, e pelo superintendente do Porto de Itajaí, Fábio da Veiga, nas mãos do secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni e Silva. O encontro aconteceu antes da audiência pública sobre a desestatização dos Portos de Santa Catarina, na capital catarinense.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/11/2021



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Mercos Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006